

ENSINO SUPERIOR

Enquanto o documento final do Seminário Internacional Universidade XXI, organizado pelo Ministério da Educação, reafirma que o Ensino Superior é um bem público, estudo do Ministério da Fazenda conclui que vale mais a pena investir nas universidades privadas do que nas públicas. Na abertura do Seminário Internacional, que aconteceu de 25 a 27 de novembro, o ministro Cristóvam Buarque criticou a mercantilização da educação e ressaltou a importância da universidade no combate à exclusão social. Para o presidente do Andes, Luiz Carlos Lucas, na queda de braço entre os dois ministros, sabe-se que Antonio Palocci tem mais poder. A opinião é compartilhada por Marco Antonio Dias, assessor da Universidade das Nações Unidas.

Páginas 6 a 9

A Educação não pode virar negócio



República Federativa do Brasil
Ministério da Educação
UNIVERSIDADE PÚBLICA



A Universidade Pública, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de Comunicação Social, em 15 de maio de 2004, e a colação de grau em 23 de junho de 2004, confere o título de

Bacharel em Comunicação Social- Jornalismo

a

Fulana de Tal

nacionalidade brasileira, nascida a 24 de setembro de 1975, no Brasil, Cédula de Identidade nº 000000000000-00, e outorga-lhe o presente Diploma a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Brasil, 23 de junho de 2004.

ISBN 87-002-9887-213-1H



6 984722 0931 0005 3491

Diretor

Diplomado

Reitor

UNIVERSIDADE XXI

Leia na íntegra o pronunciamento da presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e reitora da Ufrgs, Wrana Maria Panizzi, no seminário Universidade XXI.

Páginas 10 e 11

ENTREVISTA

A liberalização do comércio da educação pela OMC, a posição do governo brasileiro e os equívocos do ministério da Fazenda são temas tratados na entrevista com o assistente especial da Universidade das Nações Unidas (UNU), Marco Antonio Rodrigues Dias.

Página 4 e 5



David Hockney / Reprodução Pop Art

Jogo sujo anunciado

Quase um ano de governo Lula. Percebe-se, indubitavelmente, por parte do Governo, sob o discurso da descentralização e da participação ampla da sociedade, a continuidade das políticas neoliberais. A transferência de recursos públicos para o setor privado. Assim será a Previdência com a criação dos fundos de pensão. O Governo nega-se a rediscutir a dívida externa e contenta-se com um superávit feito em cima da falta de investimentos na área social.

A Universidade Pública que conseguiu sobreviver a inúmeros ataques, já percebe no horizonte sinais de novas investidas. O governo instituiu, por decreto, um Grupo de Trabalho Interministerial para estudar as IFES e montou, subestimando o conhecimento nacional existente, um seminário para discutir a Universidade do Século XXI. Agora o Chefe da Casa Civil sai da trincheira com um comentário bombástico "o pau vai comer, como aconteceu na reforma da previdência", referindo-se às mudanças que estão para vir no ensino público universitário.

Essa postura do Governo mais o

arrocho orçamentário previsto para os próximos anos significam somente uma coisa – retrocesso. Estejamos preparados. O Governo (pela prática adotada até agora) não acredita no papel do Estado como nós acreditamos. Não distingue investimento de gasto. Não compartilha da idéia republicana de uma Universidade Pública, laica e gratuita. Ele parece ter abdicado de construir uma Universidade Pública para todos. Teria capitulado diante da idéia da educação como um mero setor do comércio?

Nós não abdiquamos. Nós não mudamos. Defender a melhoria e a expansão da Universidade Pública significa defender a possibilidade de uma nação soberana, com indivíduos livres e críticos, capazes de um sonho coletivo. O "pau" é nosso dia-a-dia. E embora o Sr. José Dirceu e muitos no governo tenham abandonando princípios que defendiam até pouco tempo, a memória certamente não os abandonou. Sabem que não tememos ameaças palacianas. Embora tenhamos consciência de que a luta não vai ser limpa. Pois, como declarado à imprensa, deverá ser como na reforma da Previdência.

Segurança cidadã

O Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Ufrgs promove nos dias 17 e 18 de dezembro, às 19 horas, o 1º Seminário sobre Segurança Cidadã. Como palestrantes, o evento contará com a presença dos professores Jorge Zaverucha, da Universidade Federal de Pernambuco e Kant de Lima, da Universidade Federal Fluminense, Helena Bonumá, secretária de Direitos Humanos e Segurança Urbana de Porto Alegre, Luiz Eduardo Soares e José Vicente Tavares dos Santos. O seminário acontece no Pantheon do IFCH, Campus do Vale, na avenida Bento Gonçalves, 9500. Informações pelo telefone: 51-33166640. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pelo e-mail Ifchdir@ifch.ufrgs.br

Meio Ambiente, Cultura e Cidades

Um acordo de cooperação técnica assinado em dezembro entre os ministérios do Meio Ambiente, Cultura e Cidades deve atuar para a preservação dos biomas brasileiros e do patrimônio histórico nacional, em especial os constituídos por sítios históricos e patrimônio imaterial. Na ocasião estiveram os ministros Marina Silva, Gilberto Gil e Olívio Dutra. O convênio, com duração de dois anos, prevê, ainda, atuação conjunta para implementação e disseminação do princípio do desenvolvimento sustentável da Agenda 21 brasileira, do Estatuto das Cidades e dos Sítios de Patrimônio Histórico.

Censo da Educação Superior

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC) inicia em dezembro o Censo da Educação Superior, realizado anualmente. O levantamento deste ano abrange cerca de duas mil instituições de ensino públicas e privadas. Devem responder ao questionário, os estabelecimentos de ensino que tenham pelo menos um curso com data de início de funcionamento até 30 de outubro deste ano. Com os dados do censo, é possível saber o número de alunos matriculados, daqueles que estão chegando e dos que estão concluindo cursos de graduação e seqüenciais nas diferentes redes de ensino do País. As estatísticas tornam possível, também, identificar o número de professores e sua qualificação, além dos cursos oferecidos nas diversas áreas do conhecimento. O último levantamento divulgado, com dados de 2002, mostrou que no País havia 3,5 milhões de estudantes em 14.399 cursos de graduação presenciais. Mais de 450 mil estavam concluindo os estudos. Os dados revelaram, ainda, que 228 mil professores estão em exercício, 56% deles com mestrado ou doutorado.

TV Digital

Depois de longa espera, o governo editou o decreto 4901, que cria o Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD). Entre os seus objetivos o decreto prevê a inclusão digital, a diversidade cultural, a democratização da informação, a educação à distância e o desenvolvimento de tecnologias nacionais. O SBTVD será dirigido por um Comitê de Desenvolvimento, ligado diretamente à Presidência da República e presidido pelo Ministério das Comunicações. Também integram este comitê a Casa Civil e diversos ministérios. Haverá ainda um Grupo Gestor, responsável pela administração de todo o processo e composto pelos ministérios das Comunicações, Casa Civil, da Ciência e Tecnologia, da Cultura, do Desenvolvimento e da Educação, Secretaria de Comunicação, Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Está prevista a criação de um Comitê Consultivo integrado por entidades representativas da pesquisa em TV digital. Seus membros não foram especificados no decreto e serão escolhidos pelo Ministério das Comunicações.

Conselho Editorial

A Diretoria da Adufrgs convidou professores de diferentes unidades para participarem de reuniões com vistas à formação de um Conselho Editorial para o nosso jornal *Adverso*. Os professores convidados (ver quadro) estiveram reunidos duas vezes na sede da Adufrgs.

Antonio Cattani (IFCH)

Carlos Schmidt (Economia)

Carmem Maria Craidy (Educação)

Cesar Guazzelli (IFCH)

Eduardo Augusto de Lima Maldonado Filho (Economia)

Eduardo Carrion (Direito)

Eva Machado Barbosa Samios (IFCH)

Geraldo Canali (Fabico)

Jaqueleine Tittoni (Psicologia)

Jorge Quillfeldt (Biofísica)

Luis Augusto Fischer (Letras)

Luis Gustavo Pereira (Física)

Luiz Eduardo Robinson Achutti (Artes)

Maria Elizabeth Lucas (Artes)

Marilene Schmarczek (Enfermagem)

Paolo Livotto (Química)

Paulo Vizentini (IFCH)

Roberto Iglesias (Física)

Sandra de Fátima Batista de Deus (Fabico)

Sérgio Bampi (Informática)

Diretoria

Presidente: Maria Aparecida Castro Livi
1º vice-presidente: Eduardo Rolim de Oliveira
2º vice-presidente: Carlos Alberto Gonçalves
1ª secretária: Daniela Marzola Fialho
2ª secretária: Laura Verrastro Viñas
1º tesoureiro: Alejandro Borche Casalás
2º tesoureiro: Valério De Patta Pillar
1º suplente: Elisabete Zardo Búrigo
2º suplente: Nádia Pesce da Silveira

ADUFGRGS
Sociedade Sindical da ANDES-SN
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS

Seção Sindical da ANDES-SN
Rua Otávio Corrêa, 45 Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (51) 3228.1188
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br
Home Page: <http://www.adufrgs.org.br>

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Aprovação contou com o apoio dos senadores gaúchos

Foram nove horas de discussão e estava aprovada a Reforma da Previdência no Senado, no dia 26 de novembro. Por 55 a 25 votos o governo venceu e teve o apoio de 13 senadores da oposição, entre eles os gaúchos Pedro Simon (PMDB) e Sérgio Zambiasi (PTB). Entre os petistas, a única que votou contra foi a senadora Heloísa Helena, de Alagoas. Paulo Paim, do Rio Grande do Sul e Flávio Arns, do Paraná, foram voto favorável, convencidos de que a chamada PEC paralela irá "reformar a reforma" e amenizar os impactos negativos. Senadores do PDT votaram, em bloco, contra a Reforma. De acordo com a Folha de São Paulo, quando o painel eletrônico do Senado revelou o resultado final, os servidores ficaram de costas para o plenário, cantaram o Hino Nacional e se retiraram, enquanto o presidente da Casa, José Sarney (PMDB-AP), pedia silêncio.

Divergências com o PMDB atrasaram a votação, que deveria ter acontecido no dia 25. O motivo seria a PEC paralela, que o PMDB exigia que fosse votada rapidamente em convocação extraordinária do Congresso. O PSDB e o PFL têm dúvidas quanto à disposição do governo de levar a emenda paralela adiante. A PEC paralela reúne pontos polêmicos da reforma que serão

discutidos separadamente. O governo perdeu em um único ponto: foi retirado do texto encaminhado pela Câmara dos Deputados o monopólio do Estado sobre o pagamento de seguro por acidente de trabalho. "O único em que deveria ter ganho", comenta o presidente do Andes-SN, Luiz Carlos Lucas.

Para Lucas, nem tudo está perdido. Ele acredita na via judicial como forma de contestar os absurdos previstos na Reforma. E o governo já declarou que espera uma avalanche de ações judiciais. "O Andes sempre defendeu a retirada da PEC, porque acreditava que não havia possibilidades de emendas, já que o texto é ruim em sua estrutura. Quem defendeu que era possível emendá-la agora está vendo que não deu certo", disse. Segundo Lucas, o aspecto mais grave da Reforma, os Fundos de Pensão, precisam ser regulamentados e é aí que os servidores podem interferir judicialmente.

Na opinião da presidente da Adufrrgs, Maria Aparecida Castro Livi, a Reforma da Previdência conseguiu passar em primeiro turno no Senado pior do que saiu da Câmara. "Segue encaminhando a desqualificação do serviço público e no que tange a seu caráter privatizante recebeu um elemento adicional: abre a possibilidade para que seguradoras privadas atendam os seguros de

acidentes de trabalho". Ela aposta nos esforços do senador Paulo Paim, entre outros, para aprovar a PEC paralela como forma de amenizar o impacto negativo sobre a qualidade do serviço público do País.

Na semana seguinte a PEC paralela foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça. Em sua votação, os senadores tiveram a precaução de garantir as próprias vantagens salariais. Conforme divulgou o jornal Correio Braziliense no dia 4 de dezembro, a parte do texto que trata do teto salarial – criado para evitar que qualquer servidor ganhe mais que os R\$ 17 mil pagos a um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) – abre a brecha para manter os chamados 'penduricalhos' nos proventos dos parlamentares, quando muda o inciso XI do artigo 37 da Constituição. "A nova redação supriu a expressão 'ou de qualquer outra natureza', justamente para garantir que ultrapassem o valor do teto verbas como auxílio-moradia (R\$ 3 mil) e indenizatória de R\$ 9 mil para manter um gabinete no estado de origem", diz o Correio.

Ainda segundo o Correio Braziliense, o assunto vem sendo tratado com reservas e só veio ao conhecimento público a partir da denúncia do senador Jefferson Péres (PDT-AM).

SEGURANÇA

Violência além dos portões da Ufrgs

Muito tem se debatido sobre segurança na Ufrgs, principalmente depois que um funcionário que fazia guarda no campus do Vale foi assassinado em janeiro passado. Bem antes já vinha se estabelecendo um clima de insegurança, diante do relato de vários assaltos e tentativas de estupro. O crime culminou na formação de uma comissão cuja finalidade seria fazer um levantamento dos problemas e apontar soluções. Segundo a bibliotecária do Instituto de Informática, Beatriz Haro, que fez parte da comissão, ficou concluído basicamente que é preciso aumentar o controle de acesso e completar o cercamento da área.

Recentemente a Coordenadoria de Segurança da Ufrgs lançou uma cartilha de segurança voltada para o usuário da universidade e obteve ajuda do DCE para divulgação. O coordenador de Segurança da Ufrgs, Daniel Augusto Pereira, informou que a universidade vem ainda tomando medidas internas, como o treinamento dos vigilantes, e externas, como o

cercamento das áreas, melhoria no sistema de iluminação e implantação de um novo sistema de comunicação, assim como a aquisição de novos veículos.

Mas a professora da Faculdade de Educação (Faced) e especialista em violência escolar, Carmem Craidy, lembra que não se pode tratar a violência dentro do ambiente universitário sem considerar a situação geral. Ela critica uma super valorização da violência em si e a considera sintoma de problemas sociais mais graves que estão além dos limites da universidade. Carmem Craidy associa o aumento da violência ao individualismo de massa e à sociedade de consumo. "As pessoas são cada vez mais incentivadas a consumir ao mesmo tempo que têm menos possibilidade", observa.

Para a especialista, o medo, gerado em torno da onda de insegurança que tomou conta da sociedade, é um dos maiores alimentadores da violência. Segundo ela, estudos da Unesco apontam que as escolas onde há mais violência são justa-



Carmem Craidy: a violência é um sintoma de problemas sociais mais graves

externa, o que implica na necessidade de haver um maior controle de quem entra e sai da universidade. Mas ela pondera que a violência também se mostra dentro da instituição, entre os próprios alunos, por exemplo na tradição do trote, muitas vezes violento e ainda no uso de bebida alcóolica e drogas.

O presidente do DCE, Ramais de Castro, disse que os alunos têm consciência de que a falta de segurança não se restringe ao ambiente universitário, mas que representa um grave problema social. Eles estão reivindicando ao governo do Estado mais policiamento no campus do Vale e nos arredores, mas sabem que isso não será suficiente para coibir a violência. "O problema não é apenas da universidade, é estrutural. Como representante estudantil a gente tem que resolver o problema também a curto prazo com o policiamento ostensivo, mas o aluno pode não ser assaltado na Ufrgs e ser assaltado na porta de casa", observou o estudante.

Notícias diárias sobre temas atuais estão em

www.adufrrgs.org.br

"Identificar a Educação como negócio é uma tendência dos tempos atuais"

Assistente especial do reitor da Universidade das Nações Unidas (Unu), Marco Antonio Rodrigues Dias pode ser considerado um ativista da luta contra a mercantilização da educação. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi jornalista na década de 60 e nos anos 70 enveredou pelo caminho da educação, sendo professor e vice-reitor da Universidade de Brasília (UNB). Entre os anos de 1981 e 1999 ocupou o cargo de diretor de Ensino Superior da Unesco e foi um dos principais organizadores da Conferência Mundial sobre Educação Superior, promovida pela Unesco em 1998, em Paris. Em visita ao Brasil para participar do seminário Universidade XXI, organizado pelo MEC, esteve em Porto Alegre nos dias 29 e 30 de novembro, onde participou de uma reunião do Conselho Universitário Ibero Americano. Nesta entrevista ele fala claramente sobre as orientações da OMC para a educação e do equívoco do ministério da Fazenda ao apontar que é mais vantajoso investir nas universidades privadas do que nas públicas.

Maricélia Pinheiro

AD

verso - O senhor considera irreversível a identificação da educação como negócio?

Marco Antonio Rodrigues Dias - É uma tendência dos tempos atuais. Os países desenvolvidos, já há algum tempo, na linha do consenso de Washington de 1989 que veio para consolidar o poder monolítico do sistema que ganhou a Guerra Fria, advogaram uma série de coisas que podem ser resumidas com a privatização, o domínio do mercado como valor absoluto e a abertura de fronteiras. Isso, na prática, significa facilitar que os países mais poderosos consolidem sua posição de hegemonia. E em relação aos países em desenvolvimento, os desenvolvidos trocaram a ajuda pela oferta de comércio. Daí passaram a se desenvolver as discussões sobre os acordos comerciais. Inicialmente era apenas a troca de mercadorias, mas nos últimos tempos passou a haver uma pressão para que isso atingisse outras áreas como os investimentos e serviços. Nessa linha houve um esforço interessante no sentido de que, discutiu-se o tema durante muito tempo, mas conseguiu-se manter segredo, a opinião pública não foi informada do que estava sendo discutido, ou ficou sabendo de uma forma superficial sem que se atentasse, opinião pública e parlamentos, para as implicações do que estava sendo discutido no início dos anos 90. Tanto que se aprovou em 94 o acordo geral do comércio de serviços, colocando todos eles sob a supervisão da OMC e estabelecendo uma série de princípios que visavam a liberalização desse comércio. No dia 1º de janeiro de 1995 foi criada a OMC, que substituiu o antigo *General Agreement on Tariffs and Trade* (Gatt), que era um acordo de comércio, mas que não tinha uma estrutura organizacional por trás. Com a OMC se constitui um governo econômico mundial, onde esses princípios de liberalização geral foram incluídos e de acordo com esses princípios todos os serviços são submetidos às regras da OMC e do Acordo Geral de Comércio e Serviços. Também sem consultas, sem discussões, sem maiores debates, em 1996, a OMC fez um documento interno, interpretando os termos do acordo e fez uma lista de quais os serviços que seriam incluídos, e nela está a educação. Eles pensaram até nos serviços que podem vir a ser criados no futuro e acrescentaram na lista "qualquer outro serviço que vier a se desenvolver". Excluíram os governamentais, mas apenas aqueles que não sejam exercidos em concorrência com outros tipos de provedores. Advogados canadenses analisaram esta cláusula e disseram que, por exemplo, no momento em que um país aceite a existência de instituições privadas de ensino, estão colocando as públicas em concorrência e estas terão que se submeter aos princípios da

OMC. Isso é um sofisma, porque nos sistemas nacionais, como no caso do Brasil, a Educação Superior é um serviço público, mas a Constituição permite que através dos instrumentos de concessão, autorização ou delegação, o Estado, que é o coordenador do serviço público, pode delegar essa função à iniciativa privada, mas tem o direito e o dever de fiscalizar. Então a questão do ensino não é compartida entre a iniciativa privada e o poder público. As entidades privadas podem receber a concessão, mas dentro de um marco de bem público e comum, e cabe aos governos decentes corrigirem possíveis abusos. Eu diria então que esse processo de liberalização do ensino está se tornando, na prática, irreversível, porque são as leis do comércio que estão dominando tudo e os governos estão sendo submetidos. Tem que ser irreversível? Não. Há senti-

"Cabe aos governos decentes fiscalizar e corrigir possíveis abusos de entidades privadas que prestam serviços essenciais"

do de se lutar por isso ou deve-se fazer como um diplomata brasileiro, que no seminário Universidade XXI, em Brasília, disse que o processo é tão forte que não adianta lutar contra ele? Eu digo que não. Se a comercialização já foi implementada no Brasil, se inclusive entidades públicas estão atuando como se fossem privadas, é exatamente por isso que deve se lutar. Que não se aceite essa interpretação do acordo geral do comércio de serviços, para que na medida em que a população, a comunidade acadêmica, as forças vivas do País tenham consciência e passem a exigir que o governo não adote essas políticas e não as mantenha, ou até, eventualmente, consiga revertê-lo esse processo. É uma luta dura, mas necessária. Repito que esse processo todo foi feito com muita habilidade, em segredo, exatamente para evitar reações da sociedade.

Adverso - Quais são exatamente as orientações da OMC para a educação?



Marco Antonio Dias: "reverter o processo de identificação da educação como negócio é uma luta dura mas necessária"

Marco Antonio Dias - A orientação da OMC não é só para a educação, é um campo muito vasto. São feitas discussões, o que eles chamam de rodadas - a atual é a de Dubai, nos Emirados Árabes - onde os países se reuniram em 2000/2001 e definiram uma série de serviços que deveriam ser mais liberalizados. Entre eles está a educação. E um dos princípios do acordo diz que em cada rodada deve haver mais liberalizações, até chegar à totalidade. E outro aspecto grave são duas cláusulas, que dizem que tudo que se concede a um provedor de serviço, no caso a instituição de ensino, deve ser fornecido a qualquer outro provedor de países membros do acordo. Isso pode significar, levando aos limites, que a subvenção que se dá à universidade pública tem que ser dada a qualquer entidade privada nacional ou estrangeira que o requira. Isso é muito forte, dificilmente se chegará a isso, mas o acordo vai por esse caminho. Mas há coisas menos graves, como por exemplo: suponhamos que o governo brasileiro faça um acordo para ensino à distância com universidades estrangeiras que nos ofereça condições eqüitativas, no dia seguinte podem vir provedores estrangeiros, ingleses, australianos e americanos, e dizer que conforme o acordo assinado pelo Brasil no governo FHC, eles também têm o direito

a um acordo igual. Isso é um abuso incrível, é um desrespeito à soberania do país. E a situação é realmente grave porque não só a educação entra na regulamentação. Aí cabe perguntar: os cidadãos de um país elegem um presidente para fazer o quê, se as decisões são tomadas em Genebra?

A OMC foi constituída, em princípio, de uma maneira democrática, ou seja, cada país tem um voto. Na sua implementação os países ricos criaram um mecanismo chamado decisão por consenso, o que significa que as coisas não são colocadas em votação. Em todas as ocasiões até agora, reuniram-se representantes dos Estados Unidos, Canadá, Europa e Japão que faziam um acordo e levavam pronto para os outros dizendo: "Isso aqui é a base do acordo" e os países pobres que dependem dos ricos para o comércio se submetiam. Isso foi rompido um pouco em 1999, na reunião de Seattle, e le-

"O processo de liberalização de serviços foi feito com muita habilidade, em segredo, exatamente para evitar reações da sociedade"

vou um baque muito forte na reunião de Cancún, quando países como o Brasil se opuseram a essa forma de aplicar a lei do consenso e exigiram que os países em desenvolvimento fossem ouvidos. Celso Amorim (ministro das Relações Exteriores), uma pessoa que tem uma consciência da integridade nacional, liderou um grupo de vinte e poucos países nessa oposição ao quadrilátero. O que queria o quadrilátero? Que não se discutisse problemas como o das subvenções. Querem comércio livre, mas quando se trata, por exemplo, de exportação, o Brasil e a Argentina são prejudicados, porque a União Européia subvenciona terrivelmente o sistema agropecuário. Cada vaca que pasta num campo europeu recebe dois dólares de subvenção por dia, enquanto grande parte da população mundial sobrevive com menos. A subvenção dada pelos Estados Unidos ao algodão é tanta que o produto sai baratinho, prejudicando o algodão do Mato Grosso e dos países africanos, que dependem exclusivamente da exportação. E isso os países ricos não queriam discutir, o que gerou um impasse em Cancún.

Adverso - Qual tem sido a posição do Brasil junto à OMC na questão da liberalização do comércio da educação?

Marco Antonio Dias - A posição do Estado brasileiro foi muito ambígua, começando no governo FHC e o atual governo não se definiu muito bem, mas a atuação do Celso Amorim nos dá esperança. E o ministro da Educação, Cristovam Buarque, em junho passado na Paris + 5, declarou que educação não é comércio e estes

"Um dos princípios do acordo da OMC é que em cada rodada haja mais liberalizações"

princípios da OMC não são aceitáveis. Mas entre a declaração de um ministro da República e uma decisão da área econômica, nós, brasileiros, sabemos que há um abismo. Então, entre a posição do governo FHC e hoje, com Celso Amorim e Cristovam Buarque, há razões para esperar.

Adverso - Como essas posições afetam a Universidade Pública Brasileira?

Marco Antonio Dias - Digamos que, no momento, ainda não afetaram muito. Como dizem os críticos, "o Brasil já escancarou as portas". Primeiro com Fernando Collor de Melo, depois Itamar Franco segurou um pou-

"Os cidadãos de um país elegem um presidente para fazer o quê, se as decisões são tomadas em Genebra?"

co, mas no governo FHC o processo se consolidou. O Brasil escancarou as portas para as empresas estrangeiras e para o capitalismo internacional. E o resultado está aí. Há mais ou menos três semanas, um grande jornal de Londres, da área financeira, apresentou um estudo mostrando os países que mais tinham perdido empregos industriais e em números relativos o Brasil é campeão. Foram 20% dos empregos perdidos em dez anos. E esse processo continua, este ano não parou. O presidente e o ministro da Fazenda disseram que isso vai se reverter, vamos esperar.

No caso da educação há uma privatização muito grande e as universidades públicas acabam se submetendo às leis do mercado quando são obrigadas a irem a luta para obter fundos. Pessoalmente eu acho essa questão polêmica, porque as universidades devem, inclusive, ter o direito de produzir e vender, patenteiar seus produtos, produzir recursos para investir em mais pesquisas. Mas se elas passam a atuar apenas como empresas comerciais, que não têm nenhum outro recurso para sobreviver, vai acontecer com as universidades brasileiras o que aconteceu com as universidades inglesas. Recentemente alguns jornais ingleses têm mostrado a situação em que vivem as universidades inglesas, com laboratórios decrépitos, tendo que fazer merchandising e vendendo produtos como água mineral. Uma abriu um supermercado, outra uma rede de lavanderias para sobreviver. Parece ridículo, mas é verdade, um jornal inglês publicou isso. Chega-

"Na reunião de Cancún, o Brasil e outros países se opuseram à lei do consenso e exigiram que os países em desenvolvimento fossem ouvidos"

ram ao absurdo de vender títulos *honoris causa* para industriais e outros homens de negócios. Não sei se isso continua, mas em 1999 vendiam títulos por 10 mil libras. Aí os jornalistas se perguntaram: "E as universidades de prestígio?". O repórter foi à Universidade de Oxford, se apresentou como representante de uma indústria e descobriu que podia comprar títulos também lá, com a diferença no preço, que era de 250 mil libras. Também as universidades públicas inglesas passaram a dar um tratamento odioso aos estudantes estrangeiros, que pagam dez vez mais do que pagam os ingleses ou os que vêm dos países da União Européia. Ou seja, o sistema passou a ser financiado em parte por estrangeiros. Tenho dito em público que acho um escândalo o governo brasileiro continuar mantendo a Inglaterra como país prioritário na hora de enviar estudantes brasileiros para estudar fora, porque o país está ajudando a financiar os estudos da burguesia inglesa.

Adverso - O Ministério da Fazenda brasileiro acaba de lançar um documento/diagnóstico onde conclui que para garantir o aumento do número de estudantes no ensino superior é mais barato investir nas universidades privadas do que ampliar as públicas. Este seria um caminho indicado pelo Banco Mundial, OMC e outros organismos internacionais. Como o senhor analisa essa atitude do governo brasileiro, que se elegeu prometendo romper com as políticas neoliberais?

Marco Antonio Dias - Há duas coisas que devem ser ditas. Eu não conheço o documento. Isso foi discutido

um pouco em Brasília (Seminário Universidade XXI) e interpelei o ministro da Educação, que durante o seminário, sem citar o documento, fez um discurso contrário a ele. Encontrei-me no avião com o líder do governo no Senado, Aloísio Mercadante. E da conversa que tive com o Cristovam e com o Mercadante conclui que esse estudo foi feito por técnicos da Fazenda, mas que não é ainda a posição oficial do governo. Mas é preocupante, porque todos nós sabemos, não adianta querer tapar o sol com a peneira, que na distribuição de poderes atualmente, o Ministério da Fazenda exerce um influência maior do que qualquer outro ministério. Quanto ao mérito se isso é verdade é um equívoco total e absoluto. Eu sugeriria aos técnicos da Fazenda que analisassem um estudo que foi apresentado no Universidade XXI por um especialista indiano chamado Tilak (Jandhyala Tilak, professor do Instituto Nacional de

"Cada vaca que pasta num campo europeu recebe dois dólares de subvenção por dia, enquanto grande parte da população mundial sobrevive com menos"

Planejamento e Administração de Nova Déli). E ainda que lessem os resultados da pesquisa feita pelo Instituto de Educação da Universidade de Londres, uma das instituições ainda de prestígio na Inglaterra, que mostra a deterioração do sistema público de ensino superior no país, onde aplicações de políticas como esta (a proposta pelo documento da Fazenda) fizeram do sistema inglês hoje um sistema elitista e excluente. Ou seja, que exclui as classes menos favorecidas do acesso ao ensino superior, exatamente o oposto da política apregoada pelo presidente Lula em sua campanha e que ele continua a defender. Os mais pobres hoje na Inglaterra ou não têm acesso à universidade ou vão para instituições de baixa qualidade que não são aceitas pelo mercado. Assim um filho de operário investe em um curso e depois o seu diploma não vale nada. Em terceiro lugar, eu sugeriria aos nossos técnicos do regime democrático que olhassem um pouco a história desse país, analisassem o que aconteceu nos anos 70 e seguissem o exemplo dos militares. Não no sentido de impor uma ditadura ou fazer repressão. Mas todo sistema, quando se analisa, tem suas coisas boas e más. A Ditadura Militar foi odiosa e queira Deus que não tenhamos ditadura nunca mais. Mas no início dos anos 70, os militares estavam decididos a implantar o sistema de cotas nas universidades públicas. Neste momento, um economista e educador, membro do Conselho Federal de Educação, chamado Armando Dias Mendes, ex-vice reitor da Universidade Federal do Pará, fez um estudo como economista e educador. Ele provou que a

"Cobrar mensalidades das universidades públicas não resolve os problemas financeiros e tornará o sistema ainda mais excluente"

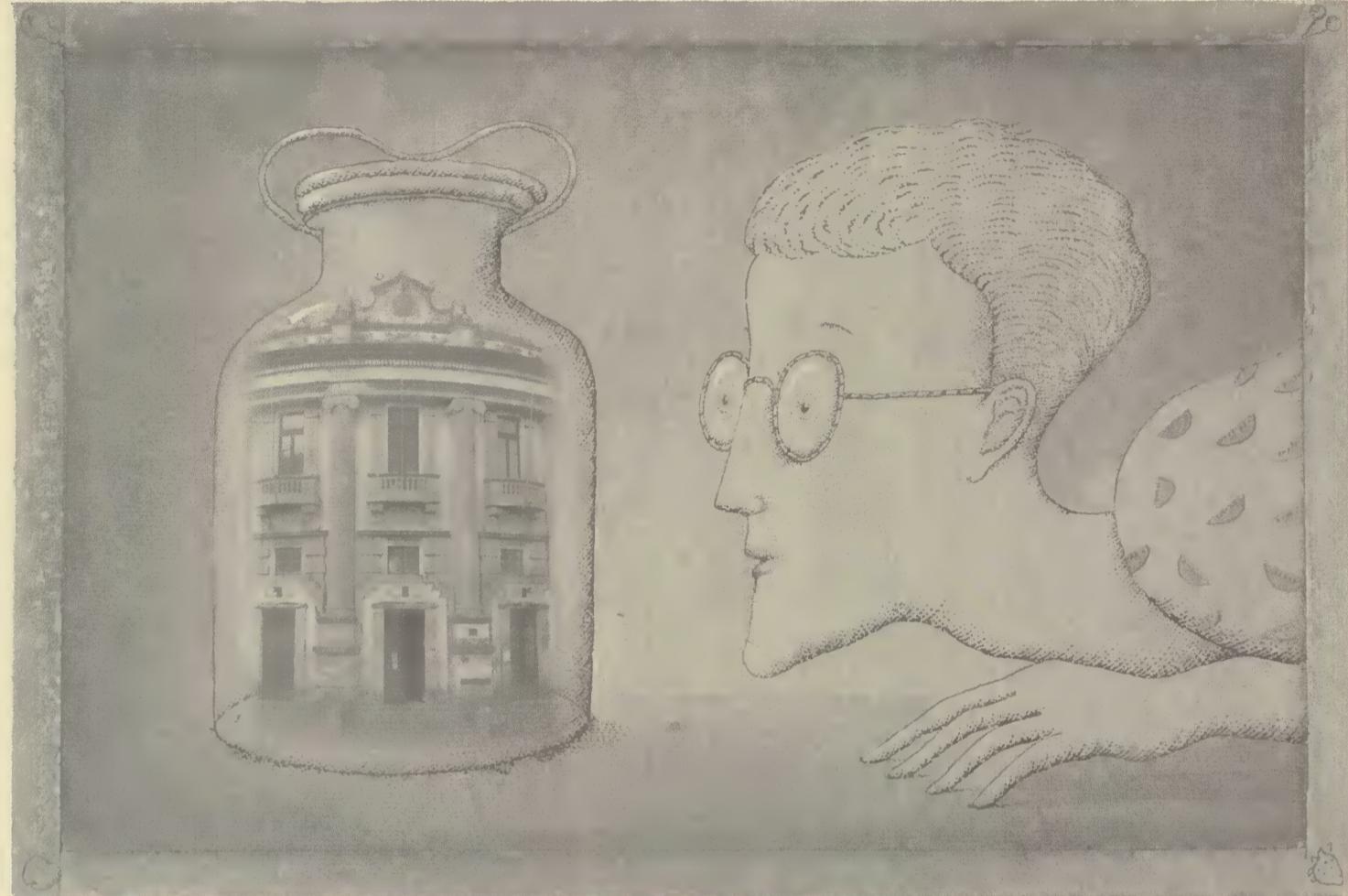
cobrança de taxas não resolveria os problemas financeiros das universidades, tornaria o sistema excluente e teria vários efeitos negativos. Os militares analisaram esse estudo e, não porque fossem bonzinhos, viram que a medida não resolveria os problemas financeiros e ainda lhes criaria problemas sociais maiores, sem falar nos problemas políticos. Por favor, que nosso Palocci (ministro da Fazenda) e seus assessores procurem ler esse estudo feito pelo professor Armando Dias Mendes, que vive em Brasília, é um economista e fala a mesma linguagem deles. E ver se não fazem a besteira que os militares tiveram a inteligência de não fazer.

FINANCIAMENTO UNIVERSITÁRIO

Palocci conclui que dar dinheiro às privadas é mais vantajoso

Ao mesmo tempo em que autoriza a formação de uma comissão para discutir o futuro da universidade pública brasileira, o governo lança um documento sobre os gastos sociais no País onde conclui que investir nas universidades privadas tem um custo menor do que ampliar as públicas. A divulgação do documento/diagnóstico do Ministério da Fazenda, intitulado "Gasto Social do Governo Central", no dia 14 de novembro, provocou indignação da comunidade universitária, de alguns setores da sociedade e até de partidários do governo Lula.

Maricélia Pinheiro



No dia 18 de novembro, a Adufrrgs e outras entidades representativas do setor publicaram uma nota paga no jornal Correio do Povo (ver box), em que denunciam a clara opção do governo, expressa no documento do Ministério da Fazenda, de investir no setor privado de ensino superior em detrimento do setor público. O argumento usado pelo governo para justificar tal posição é de que esse seria o caminho mais viável economicamente para garantir o acesso de um maior número de cidadãos pobres à universidade.

Dias depois, uma matéria da Folha de São Paulo afirma que o governo gasta menos com a universidade pública do que o que perde com os benefícios fiscais concedidos às instituições privadas de ensino superior designadas filantrópicas. De acordo com o veículo de comunicação, o montante referente à renúncia fiscal seria de R\$ 634 milhões/ano somente com relação à Previdência, contra os R\$ 551 milhões que serão gastos este ano com as Ifes – não estão incluídas aí as despesas com folha de pagamento.

O documento da Fazenda vai mais além e propõe que as despesas com

educação privada e planos de saúde não sejam mais deduzidas do Imposto de Renda, sob a alegação de que o desconto beneficia apenas a classe média, que seria quem paga escola e seguro saúde. Outra vez a Folha de São Paulo denuncia que os incentivos dados à universidade privada superam a dedução no Imposto de renda – R\$ 626 milhões em 2003 – um dos grandes alvos da reforma proposta pelo governo.

Em um trecho do documento, de 47 páginas, o governo deixa claro que para não ser obrigado a aumentar impostos e para manter a estabilidade econômica do País será preciso reduzir o gasto social, que na visão da Fazenda é muito grande e mal distribuído. O diagnóstico assinado pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho, pelo secretário de Política Econômica, Marcos Lisboa, e por mais oito assessores da pasta é o mesmo feito pelo Banco Mundial desde o início do governo FHC, denuncia a Folha.

Bolsas

As universidades filantrópicas são obrigadas por lei a conceder o equivalente a 20% do faturamento em bolsas a estudantes pobres. Em várias audi-

torias realizadas nos últimos anos, a Previdência constatou que a regra é desrespeitada em todo país. Em troca das supostas bolsas de estudo, as filantrópicas têm isenção da quota patronal de 20% sobre a folha de salários para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), além de outros impostos.

A Folha apurou que os financiamentos a estudantes da rede privada contarão no ano que vem com R\$ 829,2 milhões, 23% a mais do que neste ano. Nos últimos cinco anos, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) consumiu pouco mais de R\$ 2 bilhões, e 300 mil alunos se beneficiam dos empréstimos, a maioria com renda familiar entre três e cinco salários mínimos. O dinheiro extra no ano que vem não será suficiente para atender à demanda, já que em 2003, mais de 200 mil alunos pediram financiamento, mas apenas 73 mil conseguiram.

O ministro Cristóvam Buarque (Educação) defende a possibilidade de atender aos universitários carentes com bolsas pagas pela União na rede privada. Em contrapartida, esses alunos prestariam serviços sociais, como a participação em progra-

mas de alfabetização. A proposta, que prevê beneficiar 30 mil estudantes e precisa de aprovação do Congresso, está na Casa Civil.

Mais ricos estariam na pública

Para o governo, quase a metade do que é investido na universidade pública – cerca de 46% – beneficia “apenas indivíduos que se encontram entre os 10% mais ricos da população”, aí a razão para ampliar o acesso ao Ensino Superior privado através do aumento das verbas para o financiamento estudantil. Mas dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2001 mostram que a renda familiar dos alunos de universidades públicas no Brasil ainda é menor que a de universitários da rede particular. Enquanto a renda média mensal da família de estudantes das instituições públicas é de R\$ 2.433, na particular sobe para R\$ 3.236.

Esses dados vem sendo usados pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) para rebater o argumento do governo. Segundo a presidente da Andifes, Wrana Maria Panizzi, a entidade deve concluir até o

ínicio de 2004 um perfil socioeconômico dos universitários das 53 instituições federais, que vai ajudar a esclarecer o tema."Se quisermos ter inclusão social duradoura, precisaremos oferecer estudo à população. Sou uma profunda defensora da gratuidade", declarou à Folha de São Paulo.

Partidários reagem

As propostas de reforma do gasto social sugeridas pelo Ministério da Fazenda nem de longe parecem ser um consenso no governo. O ministro Cristóvam Buarque, por exemplo, declarou à imprensa, tão logo foi lançado o documento da Fazenda, que rejeita o fim do Ensino Superior gratuito. Ele ganhou o apoio do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que discutiu em julho as propostas do Banco Mundial reunidas no documento "Políticas para um Brasil Justo, Sustentável e Competitivo". Segundo a Folha de São Paulo, o comentário do conselho foi de que "gastos públicos com as universidades são importantes no sentido de que estas avançam a inovação e o desenvolvimento tecnológico. Não podem ser avaliados somente do ponto de vista do seu efeito sobre a igualdade".

O presidente do PT, José Genoíno, afirmou à imprensa que o partido é contra o fim da universidade gratuita e o enfoque nos gastos sociais. De acordo com Genoíno, o partido "tem posição histórica contrária a esses dois pontos" e vai para o debate com o governo. "Não podemos enfraquecer a universidade pública. Além disso, pode haver assistência social com determinado foco, mas isso não pode prejudicar o caráter universal das políticas públicas", declarou à Folha.

Genoíno acredita que o documento da Fazenda não representa uma posição final do governo, mas um elemento para o debate.

Dagnóstico da Fazenda é o mesmo de FHC

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso disse certa vez, em 1996, que "o gasto social do Brasil, comparado com outros países, é elevado. Não adianta aumentar o gasto. O gasto social é elevado porque ele é mal distribuído. As políticas não são eficientes para atender às camadas que mais necessitam". O documento preparado pelo Ministério da Fazenda do governo Lula repete o mesmo diagnóstico.

Em entrevista à Folha de São Paulo, o economista João Saboia, diretor-geral do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro disse que o local adequado para discutir política social não é o Ministério da Fazenda. "Nada impede que um secretário do ministério escreva um documento, mas o ideal é que isso seja discutido nas entidades e nos ór-

REFORMA UNIVERSITÁRIA

Proposta do governo é preocupante

Ofato de o governo Federal ter instituído, através de decreto no dia 20 de outubro passado, uma comissão interministerial para discutir a reforma universitária, não significa que os problemas pelos quais passa a universidade pública hoje serão devidamente discutidos. A iniciativa do governo vem sendo criticada pelos docentes, que defendem a autonomia da universidade para definir seus próprios rumos. O 47º Conad, que aconteceu no início de novembro em Natal (RN), aprovou a luta pela revogação imediata do decreto e o tema foi levado ainda ao Fórum Social Brasileiro (FSB), ocorrido em Belo Horizonte também no início de novembro.

Para o presidente do Andes-SN, Luiz Carlos Lucas, o trabalho da comissão tem tudo para evoluir por um caminho contrário daquele pelo qual tem se lutado desde sempre, que é a ampliação do ensino superior público, gratuito e de qualidade. Existe a clara preocupação de que o governo promova uma reforma nos moldes sugeridos pelo Banco Mundial e OMC, ou seja, que acabe oficializando e ainda ampliando o processo de privatização que

vem se desenvolvendo dentro das universidades públicas brasileiras nos últimos anos.

Lucas acredita que em um embate entre os ministérios da Educação e da Fazenda, o segundo com certeza será vencedor, o que significa que prevalecerão as regras do mercado, tendo em vista a posição neoliberal que tem tomado o Ministério da Fazenda. "O documento da Fazenda sobre os gastos sociais parece saído da gaveta do FMI", comenta. Para o sindicalista, uma discussão intragovernamental, sem qualquer participação da comunidade universitária, é incompatível com a ideia de uma reforma democrática.

A presidente da Adufrrgs, Maria Aparecida Castro Livi pondera que, depois de meses recebendo um tratamento aleatório por parte do MEC, parece positivo que as Ifes sejam objeto de um esforço concentrado de uma comissão interministerial. Ela critica, no entanto, o curto prazo de 60 dias dado pelo governo para que se realize a discussão, dada a importância do tema e lembra que, passados já mais de 30 dias da instalação da comissão, os nomes de seus integrantes não foram

amplamente divulgados. E, embora o texto do decreto faculte que "representantes de outros órgãos ou entidades públicas ou privadas" possam ser convidados a participar dos trabalhos, não há notícia de que tais convites tenham sido realizados. "Quer-se crer que após a apresentação dos resultados da comissão, venha a estabelecer-se, democraticamente, o debate e a discussão, ausentes até este momento", observa.

De acordo com o decreto, compõem a comissão os ministérios da Educação, Ciência e Tecnologia, Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão, Casa Civil e Secretaria-Geral da Presidência da República, que têm 60 dias para elaborar um plano de ação capaz de promover a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Ifes. O grupo será coordenado pelo Ministério da Educação.

A ideia é melhorar a gestão, a organização administrativa e operacional. A reforma tem como meta a melhoria da qualidade de ensino e pesquisa, o reaparelhamento das Ifes e a implantação de um sistema nacional eficaz de avaliação do ensino superior.

gãos da área. A preocupação de quem está ligado à Fazenda não é a política social do país, mas sim resolver o problema das contas e do superávit primário", observou.

Saboia critica o confronto que se faz entre a focalização (direcionar os gastos públicos para os mais pobres) e a universalização (garantir acesso a todos): "Algumas políticas têm que ser universais e outras devem ser focalizadas. É preciso ter políticas universais para a previdência, para a saúde e para a educação, até mesmo para o ensino superior".

Ele defende a universidade pública como importante instrumento de promoção do crescimento do país, principalmente através da pesquisa. "Hoje, os aviões são o terceiro item mais importante de nossa pauta de exportação. A Petrobras, que produzia 155 mil barris de petróleo por dia em 1973, produz 1,5 bilhão. Nos últimos dez anos, nossa produção de grãos cresceu 76%, enquanto a área cultivada aumentou apenas 22%. Esses avanços só foram possíveis porque as universidades públicas formaram quadros e investiram em pesquisa", disse à Folha.

APEDIDO

UNIVERSIDADE PÚBLICA GRATUITA PARA TODOS

As entidades signatárias, face ao documento do Ministério da Fazenda "Gasto Social do Governo Central: 2001-2002", recentemente divulgado, vêm a público denunciar a clara opção nele expressa de investir no setor privado de ensino superior em detrimento do setor público, entre outras razões como pretensa solução para o acesso dos cidadãos brasileiros pobres ao ensino superior. Esta posição corresponde às recomendações do Banco Mundial, defendidas agora por Palocci e seus colaboradores.

A afirmação contida nesse documento do Ministério da Fazenda de que a universidade pública atende sobretudo aos ricos é infundada. Os números do próprio governo, em estudo feito pelo ex-presidente do IBGE, Simon Schwartzmann, desmentem esta afirmação. A renda familiar média do aluno de universidades particulares é de R\$3.236,00 e na universidade pública de R\$2.433,00. Igualmente o número de pobres estudando nas universidades públicas seria o dobro dos que estudam nas universidades privadas.

É dever do Estado oferecer educação pública de qualidade a todos os cidadãos, independente de raça, credo, situação sócio-econômica, em todos os níveis. Este é um direito conquistado, um valor republicano, que todos devem lutar para manter na sua integralidade. A Universidade Pública brasileira, por ser gratuita, é a única escolha para muitos. Mas segundo indicadores do próprio governo, é também regra geral a melhor escolha, logo deveria ter suas vagas ampliadas.

O Ministério da Educação parece empenhado em discutir alternativas e rumos para a universidade do século XXI, em seminários nacionais e internacionais. O governo recentemente instituiu por decreto uma Comissão interministerial para discutir a reestruturação das instituições superiores federais. Espera-se que concursos para o preenchimento das milhares de vagas em aberto de docentes e técnico-administrativos e reajuste salarial, depois de quase uma década de salários praticamente congelados, estejam na pauta. Só que, enquanto isso, o repasse das verbas de manutenção, que garantem o funcionamento mínimo das universidades, não está ocorrendo. E o orçamento para 2004 reduz em 17% as dotações orçamentárias para o funcionamento dos cursos de graduação das universidades federais, em relação ao montante, já insuficiente, do exercício anterior.

A universidade pública brasileira exerce um papel no País que não é desempenhado por nenhuma outra instituição. Exemplarmente, mais de 90% da pesquisa brasileira ocorre no seu interior. Seu custo deveria ser visto como investimento e é tratado como gasto a ser reduzido cada vez mais. Em vez de enfraquecer e deixar à míngua a universidade pública brasileira, o governo deveria estar procurando fortalecer e expandi-la, para que ela pudesse desempenhar com plenas condições o seu papel, contribuindo para o desenvolvimento autônomo e soberano do Brasil.

ADUFRGS - Associação de Docentes da UFRGS
AAAUFRGS - Associação de Antigos Alunos da UFRGS
DCE-UFRGS - Diretório Central de Estudantes da UFRGS
ADUFpel - Associação de Docentes da Universidade Federal de Pelotas
SEDUFSM - Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Santa Maria

UNIVERSIDADE XXI

O ensino superior não é mercadoria

Fotos Teresa Sombreira / MEC

Para o ministro Cristóvam Buarque, universidade deve ter responsabilidade com o que produz e com a sociedade em que está inserida

Lívia Nascimento



Abertura: seminário aconteceu de 25 a 27 de novembro, em Brasília, e discutiu os rumos da universidade no futuro próximo

Ser um encontro de reflexão e formulação que repensasse a estrutura interna da universidade, dos cursos, e sua relação com a sociedade. Essa foi a meta ambiciosa do Seminário Internacional Universidade XXI, que aconteceu em Brasília, entre os dias 25 e 27 de novembro, reunindo 70 convidados internacionais e 1,2 mil participantes, entre professores, reitores, estudantes e representantes de organizações internacionais. No discurso de abertura, o ministro da Educação Cristóvam Buarque enfatizou a importância da universidade no combate à exclusão social, principalmente do analfabetismo. "O governo tem que atender às necessidades da universidade, assim como a universidade deve atender às necessidades da população", disse.

O ministro chamou a atenção dos participantes para o perigo do conhecimento sem ética e a necessidade de uma universidade responsável com a sociedade. Para ele, a universidade não deve ser modificada apenas tecnicamente, mas também socialmente, visto que a in-

teligência gerada na universidade já foi muitas vezes usada de maneira indevida. E citou exemplos como a criação da bomba atômica, o apoio ao *apartheid* na África do Sul e a destruição ambiental. "A inteligência nem sempre é um instrumento do bem. Temos que ter consciência de que o progresso deve ser cauteloso", pondera. Por esse motivo, Cristóvam Buarque defendeu a idéia de que a universidade deve ter um compromisso com a sociedade na qual está inserida. O ministro também defendeu que a universidade deve estar comprometida com questões mundiais, como o problema da Aids no continente africano, e chamou os universitários a serem solidários com esses problemas.

Buarque fez críticas duras ao documento do Ministério da Fazenda "Gasto Social do Governo Central", que acusa a educação pública superior de beneficiar as camadas mais ricas e, por isso, sugere a cobrança de mensalidades. "Vou lutar contra a idéia da Organização Mundial do Comércio de mercantilizar a universidade e o saber", afirmou. A criti-

ca foi feita na presença do diretor do Banco Mundial para o Brasil, Vinod Thomas, que, em um breve discurso, defendeu a idéia de que a universidade brasileira pode se expandir com qualidade e com custos razoáveis para o estudante.

O ministro reafirmou que a educação superior é dever do Estado e precisa ser gratuita. Ele chamou a atenção para o fato dos currículos das instituições de ensino superior serem voltados apenas para o mercado e defendeu que a universidade brasileira possa formar alunos que façam estágios, por exemplo, voltados para os trabalhos comunitários nas áreas que estudam. "Sem legitimar a universidade, não conseguiremos mais recursos para a educação superior. Pode haver muito lobby parlamentar, mas sem a legitimidade social, o setor não conseguirá mais recursos", disse.

Muito aplaudida, a presidente da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), Wrana Maria Panizzi, também criticou o

documento. "Educação não é gasto, é investimento. Fazer da educação prioridade é um projeto político, é buscar a soberania do país", disse. Wrana citou como exemplo os êxitos obtidos no agronegócio, resultado do trabalho de pesquisadores saídos das universidades federais, hoje responsável por 40% das exportações do País. A reitora apontou como razões para a crise da universidade brasileira a perda constante de recursos humanos e das verbas de manutenção.

O presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), Paulo Alcântara Gomes, apontou para a necessidade da construção de um modelo de universidade que atenda aos anseios da sociedade, uma educação moderna e atuante. Por sua vez, o representante da Unesco no Brasil, Jorge Werthein, afirmou que a universidade deve ser nacional sem deixar de ser universal. Ele chamou a atenção para o perigo da mercantilização do ensino superior, que pode levar a um *apartheid* cultural na medida que ignora a relevância social e cultural da universidade.

Educação é um bem público e um direito humano

Durante dois dias palestrantes e participantes de todo o mundo discutem educação como um direito de todo ser humano

Durante os três dias de duração do Seminário Internacional Universidade XXI, um grupo de trabalho chamou a atenção dos participantes. O tema em debate era "Produção, Partilha e Apropriação de Conhecimento", desdobrado em questões como o caráter da educação – serviço ou bem público? – inovação, inclusão e formação de redes e a dignidade da função docente na construção da universidade do futuro.

Rubens Ricupero, secretário-geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), criticou as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), que estabelecem como "serviços que podem ser comercializados" tudo, inclusive a educação. Em relação ao Brasil, manifestou preocupação com o caminho que o ensino superior tem tomado e defendeu uma ação mais efetiva em favor da universidade pública, gratuita e de qualidade para todos. "Temos que ser coerentes. Defendemos uma posição internacional contrária à mercantilização da educação, mas nacionalmente acredito que já hou-

ve quase que uma total privatização da educação", afirmou.

O professor francês Alfredo Pena Vega falou sobre a necessidade de um documento coletivo que trate das mudanças necessárias na universidade. "A instituição universitária está em uma encruzilhada, vive uma crise que não é um fenômeno apenas brasileiro", disse. Ainda segundo Vega, a reforma universitária deve ser ousada. "Não precisamos de mais uma reforma administrativa, já houve muitas. O que precisamos é propor uma reforma profunda".

Considerando que as universidades passam por uma grave crise - "a crise das disciplinas" -, ele defende como alternativa a transdisciplinariedade, para que haja uma maior participação entre vários segmentos da universidade. Para Vega, esse assunto ainda encontra bloqueios na academia e que não é possível haver uma evolução do conhecimento sem a integração do mesmo. "Devemos propor novas disciplinas, que tenham valores éticos e onde a epistemologia esteja em pelo menos 10% de todo o curso superior".

No segundo dia de debates, o também professor francês Luis Verb disse que a educação deve ser considerada um bem público e, acima disso, um direito humano acessível a todos. "A educação e a pesquisa devem ser consideradas bens públicos e, como tal devem contar com o apoio dos governos. Nenhuma nação evolui sem esse investimento", disse. Para ele, a comercialização do ensino tende a provocar um aumento ainda maior da desigualdade social.

Barrar o processo de comercialização do ensino é, segundo Verb, uma escolha acima de tudo política. Ele também acredita que a cooperação internacional é fundamental para a mudança institucional universitária, que deve ser de complementação e não substituição dos saberes. Para colocar em prática essa proposta, o professor defendeu a criação de redes transnacionais de conhecimento. "A internet é um ótimo modelo para essa cooperação, que vai permitir o desenvolvimento coletivo do saber", afirmou.

Para o professor chileno Patricio La-

go, o conhecimento é importante porque permite que o indivíduo se desenvolva pessoal e coletivamente. Ele defendeu que a tecnologia deve ser mais utilizada dentro da universidade e propôs uma mudança no papel do professor, que deve trabalhar como facilitador de aprendizagem frente às novas tecnologias. Lago ressaltou que a tecnologia é fundamental para a partilha do conhecimento e relatou iniciativas bem sucedidas na utilização da internet para o ensino à distância.

O professor também defendeu uma universidade sem muros e disse que o modelo hegemônico de educação é uma violência contra os direitos humanos, porque não promove a igualdade social, mas a ignorância da sociedade. Segundo Lago, os professores e estudantes das universidades estão mais interessados em desfilar conhecimento do que compartilhá-lo. "Temos que assumir a educação como processo comunicacional e como tal dialógico, facilitador, para servir como meio de chegar ao conhecimento".

Mesa redonda reúne ministros de quatro países

O grande destaque do segundo dia do Seminário Internacional Universidade XXI foi uma mesa redonda formada pelos ministros da Educação do Sudão, Argentina, Cuba e Brasil. O debate, que foi conduzido pelo ministro brasileiro Cristóvam Buarque, apresentou uma visão do ensino superior nos quatro países.

O primeiro a falar foi o ministro da Educação do Sudão, Mohamed Abuzeid Mustafá, que destacou a importância do ensino superior à distância em seu país. Mustafá disse que, há 12 anos, o Sudão fez uma reforma educacional e o currículo passou a ser centralizado nas necessidades dos alunos, e não mais nas dos professores. Disciplinas como educação da população, educação ambiental e da saúde foram integradas aos ensinos básico e superior.

Diferentemente do Brasil, em Cuba existe um ministro responsável exclusivamente pelo ensino superior do país. Em seu discurso, o ministro Fernando Vecino Alegret, destacou a importância da pós-graduação para o aprimoramento do conhecimento, para o desenvolvimento da ciência e para a qualificação do corpo docente das universidades. Afirmou também que a "atividade científica tem que estar presente no cotidiano dos professores e da própria população" e advertiu que a falta de incentivo à pesquisa pode provocar a "fuga de cérebros" dos países subdesenvolvidos.

Alegret apresentou a experiência do ensino superior cubano onde não existe ensino privado e que conta com 64 universidades públicas, 700 sedes municipais, 300 mil estudantes, 24 mil professores trabalhando em tempo integral e 20 mil em tempo parcial. Para o ministro, as seqüelas de mais de cinco séculos de exclusão



Ministros da Educação de Cuba, Sudão, Argentina e Brasil

no país não podem ser recuperadas em apenas 40 anos, mas o esforço tem apresentado bons resultados. O modelo pedagógico do país, segundo Alegret, inclui aumento do número de professores, reconhecimento pela sociedade e aumento da informatização no ensino.

O ministro disse que uma das maiores dificuldades em Cuba é ampliar o acesso ao ensino superior, mas que esse é um desafio possível. Ele lembrou, no entanto, que não se pode aumentar de qualquer forma o número de vagas e descuidar do controle da qualidade das universidades. Também ponderou que não adianta aumentar o acesso à universidade se não houver políticas governamentais que auxiliem os estudantes a continuar seus estudos.

Em declaração ao Adverso, Alegret disse que investir no ensino superior não implica em deixar de lado os outros níveis da educação. "A universidade tem que

auxiliar na melhoria do ensino básico e médio, até mesmo por interesse próprio, pois são esses mesmos alunos estarão na universidade no futuro", afirmou. Ainda segundo Alegret, cada país deve achar o seu caminho. "Em cuba não existe universidade privada, esse é o caminho que escolhemos, mas acredito que cada país deve achar seu modelo de universidade, não podemos dar a mesma resposta para todos porque as realidades são distintas".

O ministro argentino, Daniel Filmus, encerrou a conferência falando que o conhecimento, o saber e a informação nunca foram tão importantes para diminuir as diferenças entre ricos e pobres. "Nunca, na história da humanidade, ampliou-se tanto essa diferença". Em crítica direta ao Banco Mundial, Filmus afirmou que não é a classe social dos

seus estudantes que deixa uma universidade mais ou menos democrática. Ele se referia à afirmação do Banco Mundial de que o ensino superior em vários países da América Latina não é democrático porque muitos de seus estudantes são ricos. "Uma universidade será democrática se o produto do seu trabalho for voltado para o bem da sociedade", enfatizou.

Durante o debate, o ministro Cristóvam Buarque afirmou que uma universidade sintonizada com um projeto de nação deve ter diversas tensões entre revolucionários e conservadores, o que está faltando no Brasil, e provocou a comunidade acadêmica: "Se houvesse um golpe de Estado na Argentina ou no Brasil, os militares não precisariam prender nenhum professor e nenhum aluno. Isso me preocupa muito. Algo está errado, se não representamos ameaça às forças conservadoras", disse Buarque.

Proposta da ANDIFES para a Universidade do Século XXI

Pronunciamento da presidente da Andifes, reitora Wrana Maria Panizzi, apresentado no Seminário Internacional Universidade XXI, realizado em Brasília entre os dias 25 e 27/11/2003

Com muita honra e responsabilidade, falo uma vez mais em nome da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES - entidade criada há uma década, que reúne 54 instituições federais de ensino superior, presentes em todos os Estados da Federação brasileira, para apresentar nossa proposta de Universidade do Século XXI.

Como presidente desta Associação, uso da palavra neste Seminário Internacional dirigindo-me aos presentes, aos representantes dos diferentes países e aos colegas brasileiros - mas também à sociedade e sobretudo a nossos governantes, responsáveis primeiros pela formulação e implementação das políticas públicas.

Estamos reunidos aqui para debater a Universidade, como instituição universal, que atravessa os séculos, e como experiência brasileira.

É nossa expectativa que este Seminário aprofunde estes dois grandes temas, descortinando horizontes e articulando uma agenda, capaz de mobilizar não apenas as comunidades acadêmicas, mas amplos setores da sociedade, no sentido da reafirmação da educação como bem público e do conhecimento como patrimônio social - no sentido da reafirmação dos compromissos assumidos, em Paris, em 1998, por mais de 180 países presentes na Conferência Mundial sobre Educação Superior, promovida pela UNESCO.

Permitam-me, pois, na solene abertura desse Seminário, dizer breves palavras sobre estes dois grandes temas - que, como sabemos, na realidade nos colocam diante de um imenso desafio.

A idéia de prover a sociedade de uma instituição gestora do conhecimento e da cultura universais é milenar. A procura da realização dessa idéia resume bem a longa história da instituição universitária.

No alvorecer do século XXI, a Universidade é a mais universal entre todas as estruturas de ensino e pesquisa existentes no mundo.

A Universidade é uma conquista da civilização e creio que se enganam os que pensam que esta instituição está em crise. Acontece que, diante de um mundo em transformação, a Universidade igualmente modifica-se, pois é da sua natureza ser uma instituição contemporânea de seu tempo que se expressa nos diferentes lugares com especificidade própria.

As nações mais desenvolvidas do planeta dispõem de grandes universidades - e isto, certamente, não é obra do acaso.

Eis aí um primeiro tema, absolutamente estratégico, que se apresenta para o debate e para a decisão política: neste início de século XXI, quando ingressamos na chamada "sociedade do conhecimento", um país que se quer soberano pode prescindir da instituição universitária?

No Brasil, a experiência universitária é muito recente, inclusive quando comparada a de nossos vizinhos latino-americanos. As mais antigas universidades brasileiras não completaram um século de existência.

Uma análise isenta desse quadro nos mostra, entretanto, que em poucas décadas a educação superior deu contribuição de grande importância para o desenvolvimento socioeconômico e cultural do país.

Há 40 anos, nossas universidades dedicavam-se quase que exclusivamente a atividades de ensino. Hoje elas não apenas realizam a associação entre ensino e pesquisa que proporciona a estudantes e professores diálogo em condi-

ção de igualdade com seus colegas das mais importantes universidades do planeta como também, pelas atividades de extensão se fazem presentes nas comunidades locais e regionais.

Há apenas quatro décadas, a presença brasileira no cenário científico internacional era quase insignificante - hoje, nesse terreno, o Brasil integra o grupo dos vinte países mais importantes do mundo e exerce forte liderança em termos regionais.

No início dos anos 1960, o Brasil tinha menos de 100 mil estudantes universitários - no início do século XXI, tem mais de 3,5 milhões. Apesar desse crescimento, de fato impressionante, sabemos que hoje somente 9% dos brasileiros com idade entre 18 e 24 anos freqüentam um curso superior, quando em alguns países esta taxa passa de 50%. Sabemos também que, hoje mesmo, em nossa rede privada, temos centenas de milhares de vagas ociosas - o que nos parece ainda mais preocupante.

Em menos de meio século, portanto, fizemos muito - embora o muito que fizemos revele-se pouco diante dos nossos imensos desafios.

No contexto do sistema educacional nacional, marcado pela pluralidade, pela presença dos mais diversos provedores, a Universidade Pública - e, em particular, o Sistema Federal de Educação Superior - ocupa um lugar muito importante, como instituição acadêmica e como instituição republicana.

A Universidade Pública tem compromisso com a educação como bem público - portanto, tem compromisso também com a diminuição das nossas desigualdades sociais e regionais, com o desenvolvimento e com a construção de um país muito mais justo e muito menos desigual.

Nos últimos anos, as instituições federais de ensino superior têm enfrentado grandes dificuldades. Vivemos um verdadeiro "ciclo de resistência". Perdemos recursos humanos, nossos recursos para manutenção e investimentos diminuíram.

Apesar disso, fizemos muito mais do que "resistir". Nossos indicadores de desempenho progrediram em todas as direções: somos referência de qualidade de ensino, lideramos a pesquisa, nosso quadro docente se qualificou, diplomamos um número muito maior de estudantes em nossos cursos de graduação, de mestrado e de doutorado, ampliamos a oferta de vagas nos cursos noturnos.

Estamos aqui reunidos para discutir a Universidade do Século XXI, para descortinar horizontes, para construir uma agenda que nos liberte do conjuntural. Nesse momento mesmo, entretanto, a Universidade Pública brasileira continua prisioneira do seu dia-a-dia, de um cotidiano marcado pela escassez de recursos, pela perda de quadros qualificados, pela falta de autonomia e, mais grave ainda, sem um projeto claro.

Parte das dificuldades vividas ontem - e, infelizmente, ainda hoje - pela Universidade Pública, deriva de visões que, por preconceito, desconhecimento ou ideologia, diminuem sua importância para o desenvolvimento de nosso país.

Estas visões fazem, aqui e ali, estudos e comparações do quadro da educação superior pública brasileira com o de outras nações. Conclui-se que, no Brasil, o poder público "gasta demais" com educação superior e que esses recursos seriam melhor aplicados se dedicados ao ensino básico e fundamental. Em alguns desses estudos, o financiamento da universidade pública é até mesmo abordado como "gasto social" - "gasto" este que supostamente bene-

ficiaria as parcelas mais ricas da população.

São muitos os mitos e os equívocos presentes nessas visões.

Como todos sabemos, na sociedade do conhecimento, "valor agregado" é sinônimo de investimento em pesquisa e na formação de recursos humanos qualificados. Basta ver como repercutem em nossa balança comercial os investimentos feitos na pesquisa aeronáutica, nas tecnologias de exploração de petróleo em águas profundas ou nas pesquisas visando o aprimoramento de grãos.

Nossos êxitos no setor de agronegócios, por exemplo, que responde hoje por cerca de 40% das nossas exportações, em larga medida se explicam pelos investimentos feitos em pesquisa e formação de recursos humanos. Entre 1993 e 2003, a produção brasileira de grãos aumentou de 68 para 120 milhões de toneladas, enquanto a área cultivada cresceu apenas 22%. Chama-se isso "aumento da produtividade". Sabemos que esse desempenho foi possível graças ao trabalho, muitas vezes anônimo, do professor - e graças ao empenho, a inteligência e a persistência dos nossos pesquisadores.

O Brasil tem somente 0,25 pesquisadores para cada 1000 habitantes, enquanto essa razão é de 3,5 nos Estados Unidos e de 2,0 na Coréia. Em resumo, nosso país, para ocupar um lugar mais destacado no plano internacional, neste século XXI, bem ao contrário de reduzir, precisa ampliar - e muito - seus investimentos em pesquisa, na formação de pesquisadores e de profissionais qualificados.

Não investindo, não faremos economia, simplesmente passaremos a gastar mais - e cada vez mais - com a compra de ciência e tecnologia e até mesmo de serviços educacionais. E assim, estaremos fortalecendo, não o nosso, mas outros sistemas nacionais de educação superior. Aliás, a proposta da Organização Mundial do Comércio (OMC), visando a abertura das fronteiras aos serviços educacionais e sua regulamentação como "serviço comercial", é a melhor expressão da extraordinária importância econômica alcançada pela pesquisa e pela formação superior na sociedade do conhecimento.

Enfim, a educação superior não é "gasto", é investimento. E, uma vez mais aqui lembramos: fazer a sociedade assim pensar é tarefa dos governantes legitimamente eleitos e comprometidos com a educação. E fazer da educação uma prioridade política é pensar no futuro, é ultrapassar uma visão de governo, é construir uma nação soberana.

O Brasil tem hoje meio milhão de vagas ociosas na sua rede privada de educação superior. Enquanto isso, aumenta a procura pelo ensino público que, a cada ano, vê crescer o número de inscritos nos seus vestibulares.

Diz-se então que, porque têm acesso às melhores escolas no ensino fundamental e básico, os "ricos" monopolizam o acesso ao sistema público de educação superior. O poder público estaria assim transferindo para os "ricos" dinheiro que deveria servir às parcelas mais pobres da população.

Sabemos que os estudantes das universidades públicas não são mais "ricos" do que os das instituições privadas. Sabemos que as parcelas mais pobres da população brasileira não têm acesso à universidade como não têm acesso a tantos outros bens e serviços. Daí a se concluir que somente os ricos freqüentam as universidades públicas vai uma grande distância.

Na verdade, por ser gratuita, a universidade pública

apresenta-se como a única possibilidade de acesso à educação superior para milhares de brasileiros.

Lembrando Raymundo Faoro, no seu clássico "Os Donos do Poder", proponho a seguinte questão: não sei o que incomoda mais à elite conservadora brasileira, se é o fato de o governo supostamente "gastar" com "ricos", ou se, na realidade, é o fato da sociedade, através das Universidades Públicas, oferecer a oportunidade republicana de integração a brasileiros pertencentes às camadas sociais menos privilegiadas da nossa população e ao mesmo tempo consolidar a democracia.

A visão de que a educação superior é uma espécie de privilégio – ou um "favor pessoal" que somente pode ser desfrutado por alguns –, parece servir à elite conservadora, mas é péssima para o Brasil.

A formação universitária não é apenas instrumento de mobilidade social no plano individual. A visão estreita de que o único beneficiário do ensino superior é o aluno diplomado de forma alguma é coerente com o discurso, quase unânime, que reconhece o papel estratégico da educação e do conhecimento para o desenvolvimento das nações.

Em uma frase, a educação superior é promotora de desenvolvimento sustentável, de mobilidade e de inclusão social duradoura, inclusive porque é responsável pela formação dos professores que educam nossas crianças.

O Sistema Federal de Educação Superior é uma construção republicana, que atravessa governos e gerações.

Esse sistema produz pesquisa científica, forma profissionais e cidadãos.

Esse sistema é referência de qualidade para o conjunto do sistema educacional brasileiro.

Esse sistema contribui para o incremento da riqueza material da nação, produz riqueza moral, identidade e valores.

Esse sistema contribui para a diminuição das desigualdades sociais e regionais.

Esse sistema faz muito, porém, certamente poderia fazer mais e melhor.

Para tanto, precisa se modernizar, crescer, tornar-se ainda mais pertinente, aproximar-se ainda mais das demandas sociais, interagir ainda mais fortemente com a sociedade, avançar ainda mais na exploração do conhecimento.

Seguir em outra direção significa desvalorizar um dos mais importantes e estratégicos patrimônios construídos pela República.

Nossa crença nesse sistema encontra base na história e no presente.

A importância do sistema federal de educação superior está na sua condição mesmo de "sistema" – de conjunto diverso de experiências que resulta em força articulada, presente em todo o território nacional.

Foi essa crença que procuramos transmitir ao presidente da República no encontro que com ele mantivemos no dia 5 de agosto último.

A Proposta de Universidade Pública com a Expansão e Modernização do Sistema Federal de Ensino Superior apresentada pela ANDIFES ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem como ponto de partida uma concepção de universidade – laica, republicana, gratuita, que associa ensino e pesquisa, comprometida com a formação qualificada de cada um de seus estudantes e, como já disse, com o propósito de fazer desse país uma nação mais justa e menos desigual.

Queremos e podemos ampliar a oferta de vagas. Queremos e podemos nos relacionar de maneira ainda mais estreita com a sociedade. Temos certeza que isto custará para o país muito menos do que alguns estão pensando – e temos certeza também que tal investimento terá retor-

no muito mais rápido do que muitos esperam.

Para tanto, evidentemente, a universidade pública precisa ser valorizada pela sociedade e pelos governos – isto é, precisa ser objeto de uma política diferente daquela implementada até o presente momento.

A Universidade Pública brasileira precisa de um projeto, de metas, de ações que considerem o seu papel e a sua expansão como elementos estratégicos de uma proposta de nação.

O "ciclo de resistência" deve ficar para trás. Precisamos inaugurar um novo ciclo – um "ciclo afirmativo". Sem desconhecer nossos problemas e carências, este novo ciclo deve apontar para o futuro.

Esta é a nossa visão e a nossa proposta de Universidade do Século XXI: uma universidade sintonizada com a sociedade, uma universidade parte integrante de um projeto de nação, que democratizando o seu acesso promova a inclusão social duradoura, que por sua qualidade possibilite um diálogo autônomo entre iguais.

Esta universidade começa com as questões do dia-a-dia resolvidas: custeio pago, investimento básico garantido e seus professores e técnicos dignamente remunerados. Só assim, podemos efetivamente adentrar com firmeza no século XXI.

Que este Seminário nos ajude a encontrar os caminhos que levem à valorização da instituição universitária – da Universidade Pública!

Muito obrigada,

Wrana Maria Panizzi

Presidente da Andifes

Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Brasília, 25 de novembro de 2003.

De acordo com o documento, os caminhos para uma nova universidade deve ser o de:

- 1) Preservar princípios de autonomia universitária, gratuitade do ensino público e de educação como bem público;
- 2) Caracterizar a universidade como lugar privilegiado para o exercício da dúvida, da discussão, da rebeldia, da crítica e de liberdade para a definição da cultura de paz e de afirmação dos direitos humanos;
- 3) Responsabilizar-se pela formação técnica, mas, também, ética e humana;
- 4) Definir um projeto de autonomia para a universidade que fortaleça seu compromisso e sua responsabilidade social e o reconhecimento à diversidade étnica e cultural. Autonomia para o exercício das funções acadêmicas, que possibilite a adequação das funções da universidade às peculiaridades regionais, confirmando seu papel de agente de desenvolvimento social;
- 5) Caracterizar um Sistema de Educação Superior, organicamente articulado com os demais níveis de ensino, tendo como fundamento a instituição universitária, e assegurar acesso a segmentos que tradicionalmente estiveram fora do ensino superior;
- 6) Introduzir na educação superior "saberes não convencionais", como novas tecnologias de informação e de comunicação e de busca por novos formatos de sustentabilidade, entendendo-se que cabe ao estado a maior responsabilidade pelo financiamento, pois a educação não é uma mercadoria, mas um bem público e um direito do cidadão;
- 7) Fortalecer o caráter público das universidades estatais ou particulares. A educação de qualidade deve ser oferecida igualmente a todos sem distinção de classe, gênero, etnia ou região.

DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA

Educação superior deve ser gratuita, crítica e financiada pelo Estado

No encerramento do seminário, foi lida a "Declaração de Brasília", uma carta com conclusões dos conferencistas sobre o que deve ser a Universidade no século XXI

A universidade do futuro deve preservar e aprofundar sua autonomia gestora e renovar seu compromisso e sua responsabilidade social, absorvendo a diversidade étnica e cultural. Precisa oferecer formação técnica, ética e humana. Necessita atuar como fomentadora do desenvolvimento econômico e social dos países. Tem de adotar novas tecnologias de informação e de comunicação. Deve continuar gratuita, crítica, financiada pelo Estado, "pois a educação superior não é mercadoria, mas um bem público e um direito do cidadão". Esse é o resumo de como ministros e educadores dos cinco continentes, reunidos em Brasília, no Seminário Internacional Universidade XXI, que encerrou hoje, 27, vêem a universidade neste século.

Durante os três dias do Seminário Internacional Universidade XXI, os principais pontos discutidos pelos palestrantes foram a gratuitade do ensino público e a educação como um bem público. Outro ponto importante do documento, foi que os participantes pediram uma definição clara de um projeto de autonomia para a universidade que fortaleça o compromisso com a responsabilidade social e o reconhecimento da diversidade étnica e cultural.

A Declaração de Brasília conseguiu alcançar o consenso entre os conferencistas e participantes de que a educação deve ser considerada pelo Estado como um bem público e, por isso, cabe ao Estado a responsabilidade sobre seu financiamento. Do mesmo modo, os participantes chegaram

à conclusão de que a educação superior não deve ser considerada uma mercadoria, mas um direito humano básico de todo cidadão.

Depois da leitura da carta, a ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção e Igualdade Racial, falou sobre a importância do sistema de cotas para negros nas universidades brasileiras. Matilde disse, entretanto, que essa não é, obviamente a solução definitiva. "O sistema de cotas não resolve o problema da exclusão social, principalmente de negros no país, mas não podemos concordar com uma universidade que não espelha a diversidade racial do país", defende Matilde.

O ministro da Educação, Cristóvam Buarque, disse também apoiar o sistema de cotas, mas afirmou que isso não basta para a universidade. "É necessário que desenvolvamos um trabalho de inclusão dos negros já no ensino médio para tentar resolver os problemas da exclusão", disse. O ministro adiantou também um projeto que deve ser proposto em breve pelo MEC, a respeito de avaliação das universidades. "A universidade será avaliada de acordo com o seu empenho em diminuir a exclusão social", anunciou.

Ao final da cerimônia de encerramento foi lida uma carta dirigida aos jovens de todo o mundo, produzida por entidades estudantis que estiveram presentes no seminário, que fala sobre as necessidades e propostas para um ensino público, gratuito e de qualidade para todos.

FAPERGS

Pesquisadores discutem com governo os problemas da Fundação

Pela primeira vez, desde que começou a mobilização em defesa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs), houve um verdadeiro embate entre a comunidade científica gaúcha e o governo do estado.

Maricélia Pinheiro

O encontro aconteceu no dia 19 de novembro, na Assembléia Legislativa, em audiência pública que reuniu pesquisadores, representantes de quatro comissões da Casa e do governo. Mais uma vez foi denunciado o descaso com a Fapergs, que desde 1990 não recebe o montante previsto na Constituição Estadual – 1,5% da receita líquida de impostos, cerca de R\$ 80 milhões. O debate ocorreu hora antes da votação do Orçamento 2004.

Participaram da audiência membros das comissões de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia, de Serviços Públicos, de Economia e Desenvolvimento e de Participação Legislativa Popular;

o diretor administrativo da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, Éverson Córdova; o secretário substituto da Fazenda, Ário Zimmermann; o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), professor Ennio Candotti; o vice-presidente do Conselho Superior da Fapergs, professor Jaderson Costa da Costa, além de parlamentares ligados à causa e pesquisadores.

Desde o início do ano, a Adufrgs se incorporou a esta luta, promovendo em junho passado um painel, que reuniu pesquisadores de vários pontos do país. A exposição da grave situação da entidade, demonstrada em números e gráficos, acabou virando um livro: "Em Defesa da Fapergs".

Da mobilização surgiu em agosto a Comissão Pró-Fapergs, que vem articulando atividades para pressionar o governo estadual.

A audiência foi aberta pelo presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia, deputado Ruy Pauletti (PSDB), que ressaltou a importância do investimento em pesquisa. "Os governos investem na produção de conhecimento ou seremos sempre um país dependente", observou o parlamentar.

O deputado Raul Pont (PT), presidente da Comissão de Serviços Públicos, disse que existe uma dificuldade do estado em cumprir os percentuais previstos na Constituição, mas ressaltou que "isso não pode ser visto como um obstáculo intransponível". Pont lembrou que o estado atualmente perde R\$ 911 milhões/ano com a renúncia fiscal concedida pelo governo, sob a alegação de que isso geraria desenvolvimento, o que não corresponde à realidade, na opinião do deputado.

Jaderson Costa da Costa expôs em números a situação dramática da fundação, que no ano passado recebeu 15,94% do que deveria e este ano, até agora, apenas 10%. Desde 1989, quando foi determinado pela Constituição o percentual de 1,5% da receita líquida proveniente de impostos, os repasses atingiram o máximo de 27,93% do total em 1997. Nos últimos cinco anos, segundo Costa, a Fapergs financiou 732 projetos de ciência e tecnologia, mesmo com verbas escassas. Mas o alto custo do avanço tecnológico, aliado à escassez de recursos, tem inviabilizado os trabalhos.

Costa enfatizou que ciência e tecnologia não são despesa, mas sim investimento. No entanto, para se entender isso

"será preciso uma mudança política". Ele lembrou que com toda essa crise no setor de pesquisa, muitos cientistas do Rio Grande do Sul estão migrando para estados mais ricos, como São Paulo. "Estamos perdendo cérebros. Estamos ficando mais pobres de saber", alertou.

Ennio Candotti ressaltou que é preciso ter coragem para investir muito em pesquisa e diante do argumento de Ário Zimmermann, de que o estado precisaria de 110% da receita atual para cumprir integralmente os percentuais previstos na Constituição, Candotti disse que se houver um retorno de 150% valeria a pena.

Outra questão colocada pelos representantes do governo é que o gasto com ciência e tecnologia não geraria emprego, o que foi prontamente rebatido pela deputada Jussara Cony (PC do B) que deu exemplos contrários. Para o professor, pesquisador da Ufrgs e membro da Comissão Pró-Fapergs, Jorge Quillfeldt, a audiência teve um saldo positivo, principalmente pelo fato de ter proporcionado um embate. A meta dos pesquisadores é lutar para que em 2004, quando a Fapergs comemora 40 anos, os repasses atinjam R\$ 40 milhões, o que significa a metade do total previsto em lei.

ADUFRGS 25 ANOS

História da entidade vai virar livro

Cristina Lima

Tem gente remexendo o arquivo histórico da Adufrgs. É o professor de História Benito Bisso Schmidt e seus três bolsistas, Jonas Vargas, Marcus Vinícius Rosa e Cássia Silveira. Schmidt foi escolhido a partir de um edital lançado pela Adufrgs para pesquisar a história da associação, dentro das comemorações de seus 25 anos. Apesar da base da pesquisa ser a documentação da entidade, "o objetivo é realizar uma publicação e uma exposição que une entrevistas, fotos, charges, camisetas, material diferente e não apenas documentos de arquivo. A exposição tem que ser mais interativa, diferente", avalia o professor. O trabalho deve virar livro, com lançamento marcado para o início de 2004.

O grupo vem se reunindo desde o início de setembro em uma pequena sala, com estantes que vão do chão ao teto, na sede da Adufrgs. A pesquisa está dividida em duas partes: de 1978, ano da fundação, até 1989 e dos anos 90 até agora. Livros de ata, boletins de greves, e até um clipping desde a greve de 1984 foram encontrados nos arquivos e estão sendo virados pelo avesso. Publicações já lançadas sobre outras ADs também estão servindo de referência. "O que aconteceu de 1978 até 84 a gente terá que pesquisar no museu Hipólito da Costa", diz Schmidt.

Eles pretendem começar contando a história pela própria universidade, com o período da Ditadura Mi-



Benito Schmidt e bolsistas reviram a história da Adufrgs

tar e toda repressão da época até o início da abertura, abordando a resistência de professores e alunos. "Quando se fala da Ufrgs no período militar a gente imagina muita resistência, mas temos encontrado material em arquivo que mostra colaboração de professores com os militares. O Livro dos Expurgos já tratava disso", conta Schmidt, que adianta: "descobrimos que, nos anos 70, o Médici foi condecorado doutor honoris causa pela universidade".

Para remontar os 25 anos da Adufrgs, estão sendo entrevistados os ex-presidentes da associação e gente que participou de alguma forma "para a história não ser contada tão de cima para baixo", explica. O primeiro entrevistado foi o professor Aron Taitelbaum, vice-presidente da gestão provisória de 1978 e membro de outras diretorias. O interessante das entrevistas é que elas relatam o que está além do papel. "O Aron falou do que não estava nos documentos, de acirradas discussões, disputas internas", conta Schmidt. A pesquisa abre espaço para uma certa nostalgia. Segundo o professor Taitelbaum, nunca mais houve uma greve como a de 1984, junto com a campanha pelas Diretas.

Foram encontradas muitas cartas de solidariedade de diversos sindicatos durante as greves. De acordo com o levantamento, é a partir dos anos 70 que começa a ser desenhada uma luta pelo funcionalismo. "Não era mais o advogado ou o médico que davam aula na universidade também, eram professores que tinham na universidade sua única fonte de renda", explica Schmidt. Assim começa a luta por melhores condições de trabalho. "Era muito comum a figura do professor-colaborador, que não possuía vínculos, era empregado em março e demitido em junho, para ser reempregado no semestre seguinte", conta. Essa foi uma das principais pautas da greve de 1980, da qual a Adufrgs saiu vitoriosa.

Antônio Salles - professor aposentado da Ufrgs

Demetrio: convívio que preservamos

Arquivo pessoal



Reunião IAB: homenagem à fundação do curso de Arquitetura



Demetrio Ribeiro nasceu em Porto Alegre, em 1916, mas viveu os primeiros anos na estância do avô e em Alegrete, no Rio Grande do Sul. Filho de pai brasileiro e mãe francesa, aos sete anos mudou-se com a família para a França, retornando a Porto Alegre quando tinha 18 anos. Formou-se Arquiteto em Montevideu, Uruguai. Foi professor do primeiro curso de arquitetura do Rio Grande do Sul, no Instituto de Belas Artes, e um dos fundadores da Faculdade de Arquitetura da Ufrgs. Cassado pela Ditadura Militar em 1964, foi reintegrado à docência pela Lei da Anistia em 1979. Presidente nacional do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) entre 1977 e 1979, em 2001, durante as comemorações dos 80 anos de fundação da entidade, recebeu o Colar do IAB, como reconhecimento à contribuição que prestou ao desenvolvimento da arquitetura no Brasil. Faleceu no dia 22 de outubro de 2003, aos 87 anos.

Demetrio tem a segurança de que somente poderá considerar-se morto quando o último de seus amigos vier encontrar-se com ele nos campos eternos, tão habituado estava a preservar a vida memorial de inúmeros companheiros que o precederam nessa viagem de fato derradeira. E por quê? Especialmente devido aos influxos da atmosfera positivista em meio à qual plasmou a própria sensibilidade ("os vivos são necessariamente governados pelos mortos"). Todos sabíamos: a alma primordial do Demetrio era uma brotação positivista. Decerto ele estará achando curioso aparentarem-no não só de alma como de almas, dentre as quais uma delas, chamada de primordial, seria positivista. Os que o conheciam mais superficialmente atribuíam-lhe uma identidade de bolchevique estereotípico da qual ele não se queixaria, tamanho e tão integral era seu compromisso com a causa do socialismo.

Os amigos que puderam estar à cabeceira de seu leito de morte devem um testemunho aos demais: Demetrio manteve, até os últimos momentos, seu humor característico, aquela fibra poderosa apoiada na palavra ligeira. Recobrado do primeiro coma, sua memória estava intacta, sua vivacidade assombrosa. Após o primeiro espanto, o bom Tântatos havia preservado a integralidade do espírito do grande homem, para que sua consciência tivesse uma oportunidade derradeira de despedir-se dignamente, com todo o estilo, saudoso estilo, da vida que ele tanto honrara.

Demetrio gostava de relembrar: todo mestre tem muitos discípulos mas quem lhe escreve a biografia é invariavelmente Judas. É preciso fugir dessa maldição relembrando-o o mais fielmente possível. Primordialmente um comtiano, Demetrio era firmemente comprometido com o fundamento do amor como base. Acreditava no impulso à colaboração como essência humana, contrariamente à competição, à interdestruição e ao mito fortificante dos danos mútuos. Tendo compreendido que era um comunista, sempre seguiu assim. Ao final de sua vida, dono e filho de dono de terras, costumava repetir: estou cada vez mais convencido de que a propriedade da natureza é tão absurda quanto a propriedade do semelhante. Muito pouco lucro, talvez nenhum, auferia de sua fazenda. Quem sabe até mesmo prejuízo. Suas terras eram mantidas como uma espécie de reserva ecológica.

Silenciar o envolvimento de Demetrio Ribeiro com a questão do Oriente Médio seria o mesmo que negar-lhe a voz só porque está morto. As políticas israelenses e americanas naquela região tornaram-se a maior preocupação humanitária de Demetrio Ribeiro. Ele não se fixava tanto nos intermináveis crimes de estado, nas vilanias tribais, nas monstruosidades concretas, na rapina de territórios e recursos. Aferrava-se de preferência a alertar para os danos civilizatórios que a complacência da opinião mundial perpetraria. Demetrio era um guardião da Revolução Francesa, dos Direitos do Homem, das dignidades republicanas. Tinha em alta conta a figura de Thomas Jefferson, apreciava o formalismo das proclamações jeffersonianas e esquecia todos os pecados do grande americano. A desconstrução dos Direitos do Homem, a sagradação de um anticódigo, preocupavam-no intensamente. No caso palestino a questão das punições coletivas, a destruição das casas dos pais e parentes dos assinalados como terroristas, por exemplo. O preceito de que a punição jamais ultrapassará a pessoa do infrator é o que se nega com isso, lembrava. Toda a civilização corre intenso perigo quando se mostra complacente com a mais mímina transgressão desse princípio. Poucos se indignam com a instauração dessas regras, entristecia-se. A prerrogativa dos assassinatos seletivos, ao extinguirem o direito ao "devido processo" vinha somar-se a essa desconstrução. A norma de Rumsfeld - "a ausência da evidência não é a evidência da ausência" - veio a indigná-lo ainda mais, ao derrogar o princípio civilizatório da presunção de inocência, da exigência de prova suficiente como fundamento indispensável à ruptura da incolumidade do suspeito. Para Demetrio, a atuação das potências ditas civilizadas e triunfantes sobre o Oriente Médio era uma consumada escola de barbárie. Já não o surpreendia o fato de os novos tempos impulsionarem, de forma tão intensa, a prática dos crimes de estado. Era a legitimação dessas afrontas aos mais fundamentais aspectos dos Direitos do Homem em novo código universal que o afligia. E mais seriamente ainda: a passividade lastimável com que a humanidade assiste a tudo isso.

O desaparecimento de Demetrio Ribeiro faz relembrar

mais um aspecto esquecido dos massacres intertribais em Ruanda: a mortandade especialmente elevada entre velhos. Naquele país, a tradição oral, transmitida em sua maior parte pelos idosos, viu-se traumaticamente estancada. Um intelectual africano, responsável pela coleta desses registros orais, precisou a questão: "cada velhinho que morre é toda uma biblioteca que incendeia".

Nossas circunstâncias são outras, temos vasta literatura escrita, as fontes onde o Demetrio se abeberava estão disponíveis, uma parcela do que ele próprio pensava está bem documentada. Entretanto há uma pedagogia de presença, há exemplos de conduta, amostras de vida, que não cabem nos livros. Homens como Demetrio Ribeiro ficam cada vez mais raros. Nos dias atuais, quando um desses nossos velhos morre já não haverá, tão breve, possibilidade de reposição do humanismo que eles encerravam, dessa experiência cultural e ética praticamente proibida pela face dos novos tempos. Com a morte de Demetrio Ribeiro extingue-se todo o relígio de um completo paradigma civilizatório.

Eduardo Rolim de Oliveira - 1º vice-presidente da Adufrgs e delegado no 47º CONAD

CONAD: o que temos a ver com isto?

Reflexões e avaliações sobre o 47º Conad - Natal, Rio Grande do Norte

Fui eleito delegado da Adufrgs e participei, juntamente com duas observadoras, as professoras Daniela Marzola Fialho (1ª Secretária da Adufrgs) e Regina Rigatto Witt (Escola de Enfermagem), do 47º Conad, que aconteceu em Natal, Rio Grande do Norte, entre os dias 31 de outubro e 2 de novembro de 2003. O evento é a reunião semestral do Conselho Nacional do Andes, o nosso Sindicato Nacional.

O que ocorre neste evento, que se realiza duas vezes por ano, em julho e novembro, é o debate sobre a atualização das Propostas de Ação do Sindicato Nacional, através da discussão de textos enviados de todo o País, como o da Adufrgs (ver caderno de textos do Conad). É neste tipo de encontro que o Andes decide o que vai ser discutido com o Governo Federal, qual o índice de reajuste que se vai pedir, entre outras questões. Daí resulta a importância do evento e da nossa participação.

Como foi este Conad, então? O que se decidiu lá? Como o Andes irá se posicionar no próximo período? Infelizmente, as questões da universidade, as verbas para ciência e tecnologia, as eleições para reitor, o ministério da Educação e suas propostas foram discutidas de forma muito superficial. O destaque ficou para o Plano Geral de Lutas, que embora inclua estes temas, fixa-se mais em definir o posicionamento político do Sindicato frente aos problemas do mundo (Iraque, ONU, etc.) e do Brasil (reforma agrária, mudanças na CLT e análise do governo Lula).

Ou seja, as discussões que têm acontecido nos fóruns do Sindicato Nacional estão muito distantes das questões que afetam a vida diária dos docentes, e o que se viu no Conad nem de perto se aproxima daquilo que se esperaria de um congresso nacional de professores universitários, onde os debates deveriam ser mais qualificados e focados nas questões mais prementes da universidade.

Sindicato não é partido político, nem deve ser instrumento para fazer política partidária. Não é papel de um sindicato defender ou derrubar governos e sim lutar por todos os meios para que as interesses de sua categoria e dos trabalhadores em geral sejam conquistados. O que se tem observado nos documentos da diretoria do Andes, que são aprovados pela maioria dos delegados no Conad, é que eles se caracterizam muito mais por apontar estratégias políticas para fazer frente ao governo do que por serem instrumentos que mostrem formas concretas de busca de soluções possíveis para os problemas dos docentes e da universidade.

O Andes hoje tem se caracterizado por uma profunda visão de partido, e aqui não há nenhum partido político em especial citado, mas sim um partido-Andes, na medida que seu temário principal, e a "Carta de Natal" aprovada no Conad prova isto, não é o das questões específicas dos docentes, mas o da luta por um programa político definido, que tem por objetivo um certo sentido de mudança geral da sociedade.

Um exemplo foi a rejeição sumária dos textos que foram enviados pela assembléia geral da Adufrgs, taxados de oportunistas. Ambos proponham que se buscasse uma pauta específica e emergencial de reajuste salarial, incorporação de gratificações e mudanças na Carreira, em uma agenda possível. A diretoria do Andes e a maioria dos 48 delegados presentes entendem que não é possível lutar apenas por causas específicas, pois isto tira força da ação, que deve ser baseada na luta direta (greves, manifestações) e não em negociações em Mesas com o Governo. E estas reuniões com o Governo, se existirem, devem se dar pela apresentação de Pautas e espera de respostas, e que para se obter algo, só se deve pe-



47º Conad: abertura do evento e grupos de trabalho

vamente prioriza-se os pedidos mais difíceis de serem atendidos. Será esta a melhor forma de alcançar conquistas importantes?

O que deve ser feito, um outro Andes? Ou modificar esse Andes? Eu acho que é errado pensar que um sindicato como o dos professores universitários deve ser apenas corporativo, e lutar isolado dos outros trabalhadores, sem pensar e se posicionar quanto às questões gerais como a Reforma Agrária, Urbana ou Tributária. Este é um papel que o Andes tem que cumprir. Sendo a voz dos professores não pode de forma alguma se omitir do debate das grandes questões nacionais, deve ser a nossa voz nas discussões com o Governo sobre o papel da universidade. Mas se não combinar isto com as questões da categoria docente, ele se afasta dos seus associados, que nele não enxergam as suas demandas. O Sindicato está deixando de ser o espelho dos seus representados. Um sindicato não deve ser apolítico, mas deve ser plural, pois a categoria é composta de militantes de várias tendências. Todos são representados e assim devem ser. Isto não significa que o sindicato deve ser neutro, porque as direções não são neutras, representam o posicionamento e a visão de mundo escolhidos nas eleições pelos associados. As pessoas se apresentam para ser votadas, dizem o que pensam, são eleitas, reeleitas ou nunca mais eleitas de novo, faz parte do jogo da democracia.

Nós, como representantes, temos que prestar contas em primeiro lugar às nossas consciências e sempre devemos estar franca e abertamente colocando nossas posições aos representados. A Adufrgs, por sua diretoria atual e por sua assembléia geral, claramente se posicionou contra a privatização da Previdência Social feita pelo governo Lula. Entendeu que mesmo com essa posição não deveria aderir à Greve pela retirada da PEC 40, sem que com isto abdicasse de suas idéias.

Agora, neste momento, entendemos, diretoria e assembléia geral que é hora de mudanças emergenciais na estrutura salarial e na Carreira, e foram estas as propostas que defendemos em Natal, e perdemos todas as votações, sendo que o texto 10 inclusive não pôde ser defendido, pois a plenária achou que não era necessário, sob nossos protestos.

Isto quer dizer que as posições da assembléia da Adufrgs são minoria entre os professores universitários do Brasil? Acho que não, o que ocorre é que vivemos um momento de afastamento dos professores de seu Sindicato, aqui e em todo o Brasil, e a postura da diretoria do Andes é fruto disto e também causadora disto. Esta omissão dos docentes é que permite que questões de fundo como as que colocamos em nossos textos não sejam acolhidas a nível nacional e, portanto, não sejam apresentadas ao Governo.

Quero que fique claro que não me considero dono de nenhuma verdade, e que a posição majoritária dos delegados no Conad é legítima, eles tem todo o direito de pensar e agir como desejam, e devem, como eu, prestar contas às suas consciências e a seus representados. Para que todos reflitam, em anexo estão publicados o texto final do Conad (A Carta de Natal) escrito pela diretoria do Andes e sua corrente majoritária, chamada Andes-AD, e o texto do grupo minoritário, de oposição, chamado Andes-Sind (Outra Carta de Natal é Possível). Cada um deve ter sua própria posição. Eu me inclino pela segunda, e aqui claramente estou expressando neste relatório para consideração dos associados da Adufrgs que me elegeram como delegado para o Conad.

Carta de Natal

Documento aprovado no 47º Conad

Os 48 delegados e os 104 observadores, reunidos no 47º Conad, realizado em Natal-RN, no período de 31 de outubro a 2 de novembro de 2003, avaliaram e atualizaram o Plano de Lutas, Eixos e Bandeiras do Andes-SN, levando em consideração os elementos centrais da conjuntura, a saber: o levante dos trabalhadores e do povo boliviano contra um governo pró-imperialista e pró-Alca, e o avanço acelerado, no Brasil, das reformas para ajustes estruturais de interesse do capital.

Após um seminário sobre as reformas trabalhista e sindical, que precedeu a abertura do evento, a análise de conjuntura deixou claro o entendimento da base do Andes-SN sobre a caracterização do governo Lula como um governo que aprofunda os ajustes estruturais e adota medidas que ferem preceitos constitucionais e retiram direitos sociais.

A discussão do Plano de Lutas do sindicato reafirmou a justeza das reivindicações do Movimento Docente, que luta por uma pauta em que se destaca a defesa dos salários e da carreira, dos direitos sindicais, dos serviços públicos de qualidade, da segurança social, da educação pública com garantia de dotação orçamentária adequada às necessidades dos trabalhadores e do povo. A avaliação destacou também a relevância social e política da inserção do Andes-SN na luta unificada dos servidores públicos e o papel estratégico que desempenha no conjunto do movimento sindical e popular, em uma conjuntura onde a censura velada, a cooptação, a perda da autonomia e independência das organizações da classe avançam de maneira avassaladora. Organismos, a exemplo da CUT, não podem

ser destruídos pelos interesses manifestos do capital e dos governantes, sem que ocorra um aprofundamento no combate à sua destruição. Este combate implica enfrentamento de políticas que, aplicadas pela direção da Central, levam ao reforço dos interesses das classes dominantes em detrimento das reivindicações dos trabalhadores. Uma tal atitude dissemina a divisão e leva à derrota. A ela responderemos com unidade fundamentada no embate pelo atendimento das reivindicações dos trabalhadores e na manutenção dos fundamentos da CUT: autonomia, independência e democracia.

A Central Única dos Trabalhadores está chamada a desempenhar seu papel historicamente afirmado de defesa das reivindicações dos trabalhadores. Assim, decidimos não participar de fóruns do governo que, pretendamente tripartites, constroem falsos consensos entre trabalhadores, capital e governo. Se os fóruns tripartites, em governos anteriores, configuravam-se como desvantajosos, colocando patrões e governos contra os trabalhadores, hoje nos confrontamos com o agravante de que os organismos de luta estão sendo cooptados para desempenharem papel de coadjuvantes no aprofundamento de políticas destruidoras de direitos.

Pretende-se, com isso, diluir a força dos sindicatos na defesa das reivindicações, em fóruns governamentais ou não-governamentais, facilitando ao capital a sua tarefa de manter seus lucros absurdos à custa de perdas de direitos duramente conquistados pelos trabalhadores. No campo da educação, os exemplos de cooptação proliferam, basta observarmos as estratégias para implementar o sistema de certificação de professores, a no-

meação autoritária da comissão interministerial para a reforma universitária, a proposta verticalista do Sinaes – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Por outro lado, a mesa específica – MEC e movimento sindical universitário – não avança na medida do necessário e do urgente. No concernente à Mesa Nacional de Negociação Permanente, após dez meses do governo Lula, o orçamento da união e o Plano Plurianual 2004-2007 (PPA) não traduziram em leis as reivindicações do Movimento Docente e dos servidores públicos em geral. Para o governo Lula, o urgente é manter os acordos com o FMI, que impõem, nas negociações, metas de superávit primário às custas da contração dos gastos sociais e do arrocho salarial dos servidores públicos e dos trabalhadores em geral, de forma a assegurar recursos da sociedade para os credores; políticas monetárias que reduzem consumo e investimentos, forçando políticas de exportação para gerar os dólares necessários à "solvência externa"; plena liberdade de movimentação do capital para que as transferências ao exterior não enfrentem obstáculos; privatização dos bancos estatais; privatização da previdência pública; privatização dos serviços públicos e da universidade pública. A Alca, que o imperialismo ianque tenta impor com a anexação das nações latino-americanas, é o corolário dessa política.

Isso significa, na avaliação do 47º Conad, que temos pela frente um período de grande embate e de muita mobilização e organização. Significa a necessidade da intensificação da luta em prol da solidariedade internacional dos trabalhadores, e da aliança entre os povos da América Latina contra a pilhagem imperialista

que trará, como consequência, a destruição das nações de nosso continente. Esse embate coloca como central a solidariedade ativa com a luta emancipadora do povo boliviano. Levará ao avanço nas iniciativas contra a Alca para barrá-la; à defesa intransigente da não-assinatura pelo governo Lula de um novo acordo e do rompimento com o FMI; à defesa firme da não-punição daqueles que se mantêm coerentes com a luta da classe trabalhadora; à exigência da libertação imediata de presos políticos que defendem a reforma agrária dos trabalhadores e ao avanço da conscientização das bases para barrar reformas reacionárias e exigir que as reivindicações sejam atendidas.

As reformas sindical e trabalhista com as quais, ao lado de redução de direitos, o governo objetiva regular as formas de organização dos trabalhadores, responderemos com a luta em defesa dos direitos e conquistas, previstos na legislação, com a reafirmação da plena liberdade e autonomia sindical e com a unidade das organizações sindicais.

A conjuntura aponta para um período que exigirá maior ousadia na luta em defesa da universidade e da educação pública, laica, gratuita, de qualidade socialmente referenciada, pela autonomia e liberdade sindical, contra o pagamento da dívida externa, pelo rompimento das negociações para implementar a Alca e pelo atendimento às reivindicações dos trabalhadores.

O Andes-SN como sindicato classista, autônomo e de luta coloca-se à altura desse desafio.

Natal, 2 de novembro de 2003

Documento publicado a pedido do grupo Andes-Sind

Uma outra Carta de Natal é possível e necessária

Os trabalhadores brasileiros estão vivendo uma situação política complexa e inédita. Portadores da expectativa de que o governo eleito, de cunho popular, trouxesse rapidamente a solução para os graves problemas sociais do país tais como a dívida externa, a taxa de juros, o descaso com as políticas públicas, a estagnação da economia e o desemprego estrutural. No entanto, foram surpreendidos com as "reformas" – que vieram sem a discussão e a negociação com os setores envolvidos – como a da Previdência que, ao invés de trazer modificações no sentido da inclusão social, só faz promover a perda de direitos dos trabalhadores do serviço público e a privatização da Previdência Social.

A Universidade Pública brasileira – uma das instituições mais importantes para o desenvolvimento soberano do país – vem sendo há tempos minada por políticas deliberadas de cunho mercantilista, voltadas para interes-

ses privatistas. Dessa forma, vem perdendo sua capacidade de desenvolver uma educação de qualidade e uma pesquisa científica voltada para os reais interesses da sociedade brasileira. Isso sem falar dos problemas mais complexos, como a não ampliação da rede pública de ensino superior.

Os professores universitários vivem uma situação de deterioração de suas condições de trabalho e salário. Mas vivem também a mesma expectativa dos demais brasileiros quanto às possíveis mudanças para a Educação e para a universidade pública.

As lutas dos docentes, travadas ao longo do tempo, precisam de uma direção politicamente responsável e consequente, comprometida com os reais interesses da categoria no seu cotidiano e na sua inserção no processo político da sociedade.

Não é assim que o Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior – a Andes – vem atuando, insistindo na

sua conduta política e na sua ação sindical sempre descoladas da realidade daqueles que deveria representar. A estratégia da atual diretoria – orientada politicamente pelo grupo Andes-AD – tem sido a de desvincular a luta pelas questões específicas dos professores da luta dos demais trabalhadores, que reiteradamente traz prejuízos para a categoria, como aconteceu nas últimas greves. Confiantes em sua trajetória, persistentemente vem conduzindo o movimento docente ao isolamento, na medida em que se recusa a buscar e a apontar alternativas para o desfecho favorável das lutas.

Os professores querem ter suas reivindicações atendidas, sendo fundamental a construção de uma pauta específica e possível. Entretanto, mais uma vez, propostas aprovadas neste Conad representam o contrário dos interesses da categoria. A opção por uma pauta impossível mostra o descompromisso e o aventureirismo do

grupo majoritário na Andes.

Nesse contexto, a Andes deveria manter uma postura firme e convicta na defesa dos interesses dos professores universitários, evitando o simples e inócuo denuncismo e ser capaz de ir além, na busca de alternativas para a resolução de problemas, como a precarização da estrutura salarial e do financiamento do ensino e da pesquisa, que têm empurrado os professores para a busca de soluções individuais de sobrevivência pessoal e profissional.

O sindicato deve ser capaz de pensar e propor a melhor estratégia para a defesa dos interesses específicos de sua categoria. Essa luta deverá estar necessariamente combinada com a dos demais trabalhadores, devendo resgatar o engajamento dos professores no debate político, rumo à construção de um novo sindicato e de uma nova sociedade.

Natal, 2 de novembro de 2003

Um mosaico de assuntos, idéias e pessoas

O livro "Brasil desde Porto Alegre", organizado por Wrana Panizzi e Miguel Rojas Mix, diretor do Centro Extremeño de Estudios e Cooperación con Iberoamérica (Cexeci), surgiu de um curso de verão cujo tema os próprios alunos de Cáceres, na Espanha, escolheram. Sede de três Fóruns Sociais Mundiais, Porto Alegre atraiu a atenção de pessoas que queriam conhecer o Brasil através da capital gaúcha. "Essa forma de ser brasileiro de maneira única, no estilo gaúcho, é o que se analisa nesses ensaios", explica Miguel Rojas.

Cursos de verão como este são tradicionais na Europa. E, há vários anos, os cursos organizados pelo Cexeci reúnem estudantes universitários e de outros níveis de formação dos mais diferentes países, sendo abertos também àqueles sem vínculo com alguma instituição de ensino. Diversos professores brasileiros, da Ufrgs inclusive, já participaram destes encontros. Em julho deste ano, Porto Alegre foi a Cáceres e as conferências do curso resultaram neste livro, publicado pela Editora da Ufrgs com o apoio do Cexeci.

Complementa a obra, cuja capa foi ilustrada por Fernando Barril, um CD-Rom com versões em inglês e espanhol. "Ao organizarmos o curso, Miguel Rojas e eu nos debruçamos demoradamente sobre uma imensa lista de temas que, pensávamos, deveriam ser tratados em Cáceres. Mas nossa vontade não se conciliava com o tempo disponível para as atividades do curso.", conta Wrana Panizzi na apresentação do livro. E completa: "Sei, portanto, que o curso e os textos aqui

"Essa forma de ser brasileiro de maneira única, no estilo gaúcho, é o que se analisa nesses ensaios"

Miguel Rojas

reunidos nem de longe desenham uma visão completa do nosso país e de sua diversidade, o propósito desta publicação é apontar questões, sugerir reflexões, descortinar caminhos".

A obra é um mosaico de assuntos, idéias e pessoas das mais diferentes áreas. César Augusto

Barcellos Guazelli, historiador e professor no IFCH, colocou o país numa perspectiva histórica que foi do sistema colonial português ao Brasil Imperial. A socióloga e professora do IFCH, Élida Rubini Liedke, discursou sobre inclusão e exclusão em um país de tantos contrastes como o Brasil. A conferência de Enno Dagoberto Liedke

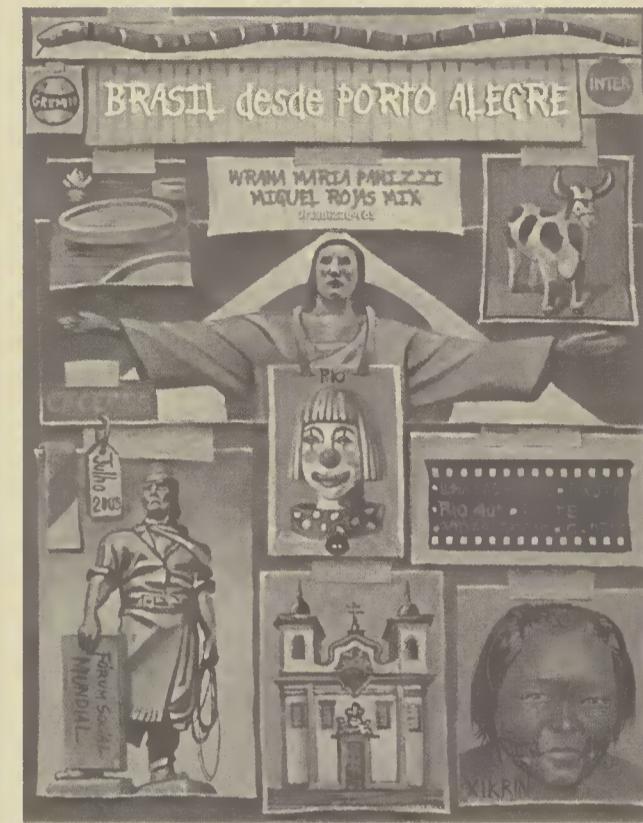
"O Brasil, muitas vezes, desconhece o Brasil"

João Rovatti

Filho, sociólogo e professor do IFCH, tratou da Teoria da Dependência e do desenvolvimento da América Latina. Giba Assis Brasil, diretor, montador, roteirista de cinema e professor da Fabico falou sobre como se fez e se faz cinema no Brasil.

O arquiteto, urbanista e professor da Faculdade de Arquitetura, João Farias Rovatti, abordou a capital dos gaúchos: "Procurei mostrar para pessoas que quase nada sabiam sobre Porto Alegre, que esta cidade, como lugar, parece historicamente marcada pela busca de certo 'equilíbrio' entre 'os edifícios e os homens' - e não pela exuberância de sua arquitetura. O tema de Jusamara Vieira Souza, professora no Instituto de Artes e diretora da Editora da Ufrgs, consistiu na busca de outras escutas para a música brasileira. E a conferência de Liliane Seide Froemming, psicanalista e professora do Instituto de Psicologia, tratou do cinema no imaginário da aldeia Brasil.

Além dos professores da federal gaúcha, parti-



cipam do livro a socióloga e professora da UFRJ, Ana Clara Torres Ribeiro, os economistas Enéas de Souza e Pedro Abramo, o deputado estadual petista Raul Pont e o jornalista Ruy Carlos Ostermann. Rovatti avalia que "o singular do curso de

"O propósito desta publicação é apontar questões, sugerir reflexões, descortinar caminhos"

Wrana Panizzi

Cáceres é que ele reuniu brasileiros, na Europa, para falar sobre o Brasil para um grupo variado de estudantes, europeus e latino-americanos. Ocorre, por assim dizer, uma mudança de perspectiva. O Brasil também, muitas vezes, desconhece o Brasil".

ORELHA



A arte do combate
Marcelo Backes

A literatura alemã em cento e poucas chispas poéticas e outros tantos comentários. Reúne poesias, fábulas, cartas, excertos, epigramas e aforismos dos mais representativos autores alemães do período entre Lutero (1483-1546) e Brecht (1898-1956). Editora Boitempo, 368 páginas, R\$ 40.



A economia política da mudança

Os desafios e os equívocos do início do governo Lula
João Antonio de Paula (org.)
O livro reúne artigos de economistas de vários estados, que manifestam uma postura crítica com relação à política econômica do governo Lula e apontam como caminho o que questiona a ordem neoliberal. Editora Autêntica, 256 páginas, R\$ 34.



Americanidade e transferências culturais

Zilá Bernd (org.)
A obra aborda o ambicioso projeto de pensar o conceito de americanidade como identidade abrangente, ultrapassando as fronteiras das identidades nacionais, étnicas e de gênero. Trata-se de um projeto de comparativismo literário interamericano. Editora Movimento, 228 páginas, R\$ 30.

WWW

Economia

www.fee.rs.gov.br
Novo sítio da Fundação de Economia e Estatística. Apresenta um universo variado de dados sobre a realidade socioeconômica do Estado.

Iberoamérica

www.cexeci.org
O Centro Extremeño de Estudios e Cooperación con Iberoamérica idealiza o espírito de comunidade entre os países da Península Ibérica e América Latina.